

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Érika Perina Motoyama

Construção de significado familiar diante da violação de túmulo

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

SÃO PAULO

2017

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Érika Perina Motoyama

Construção de significado familiar diante da violação de túmulo

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica pelo Núcleo de Família e Comunidade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo à banca examinadora, sob orientação da Profa. Dra. Maria Helena Pereira Franco.

SÃO PAULO

2017

Ficha Catalográfica

MOTOYAMA, Érika Perina. Construção de Significado familiar diante da violação de túmulo.

São Paulo: 2017, 89 f.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Área de Concentração: Pós-Graduação em Psicologia Clínica.

Orientadora: Professora Doutora Maria Helena Pereira Franco

Palavras-chave: Túmulo. Violação. Construção de Significado. Luto.

Banca Examinadora

Agradecimento especial à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo suporte financeiro para a realização desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

À Lelê, minha querida orientadora, por quem nutro enorme carinho, respeito e admiração! Palavras não são suficientes para expressar minha gratidão por tudo o que você me proporcionou ao longo do mestrado!

À prof^a Marlise Bassani pela disponibilidade e pelo carinho de sempre! Devo parte de minha motivação com a pesquisa a você!

Ao prof^o Renato Cymbalista pelas contribuições valiosas para este trabalho.

Às professoras Rosane Mantilla e Maria Julia Paes da Silva por se disponibilizarem a contribuir com esta pesquisa.

Ao meu marido, Yuri Motoyama, meu companheiro no sentido mais amplo da palavra! Obrigada por me apoiar na realização deste grande sonho, pois sem você não teria sido possível!

À minha família pelo incentivo, mas principalmente à minha amada irmã Renata, por compreender minha ausência em vários momentos ao longo desses dois anos!

À amiga de longa data Luciana Cescon, que está ao meu lado desde o início desta incrível jornada chamada Psicologia. Mesmo distante você sempre se fez presente, me incentivando e me acolhendo nos momentos de dúvidas. Gratidão!

Às minhas queridas “insistentes sociais” Ana Cláudia, Lygia e Tania, que me encorajaram a dar o primeiro passo! Vocês foram fundamentais!

À Daniela Homenko pela compreensão e apoio! O seu sim foi decisivo para o início desse processo!

À minha grande amiga Tatiane Maeda com quem tive o privilégio de conviver ao longo desses dois anos! Obrigada por cada palavra de incentivo, por dividir comigo

momentos de alegria e de tristeza e por me encorajar quando precisei! Um dos maiores presentes do mestrado foi sua amizade!

À querida Zakiee Hage, por ter sido sensível, solidária e hospitaleira! Minha eterna gratidão pelo seu carinho! Você é especial!

À equipe do LELu atuante no projeto junto ao Serviço Funerário de São Paulo, da qual tive o grande privilégio de fazer parte! Os conhecimentos que construímos juntas carregarei comigo sempre! Obrigada meninas!

Aos colegas da pós-graduação com quem tanto aprendi nas ricas discussões em sala de aula.

Aos participantes que dividiram comigo suas vivências, tornando este estudo possível!

RESUMO

MOTOYAMA, E. P. **Construção de Significado familiar diante da violação de túmulo**. 2017. 89p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

Cuidar do destino dos mortos é algo próprio do ser humano, sendo o túmulo um monumento de memória adotado por muitas famílias, por diversas gerações. A violação de túmulo é considerada crime no Brasil desde 1851, sendo que, para além do prejuízo material, há também um ataque ao simbólico. Trata-se de um fenômeno pouco estudado pela psicologia e por outras áreas das ciências. O objetivo deste trabalho foi conhecer a construção de significado do familiar diante da violação de túmulo. Trata-se de um estudo de caso múltiplo com cinco moradores da região metropolitana de São Paulo, tendo sido realizadas entrevistas semiestruturadas e construção de genograma a fim de mapear os familiares sepultados no túmulo. Os dados coletados foram avaliados individualmente a partir da técnica de análise temática e posteriormente discutidos de maneira integrada. Em cada estudo de caso foram encontrados temas particulares, como: túmulo como bem material; violência no espaço cemiterial; impacto emocional da violação do túmulo; função ambígua do cemitério; perda dos costumes fúnebres; tabu da morte; túmulo como local de afetos e memórias; banalização da violação como crime; valorização da tradição familiar; túmulo como local de memória e respeito; cemitério como local dispensável; importância do vínculo em vida. Assim, os vínculos constituídos, somados aos fatores culturais, religiosos e familiares influenciam o significado atribuído ao túmulo e consequente na relação estabelecida com ele. Foi possível identificar que o tempo decorrido entre a violação do túmulo e a participação na entrevista não se mostrou significativo.

Palavras-chave: Túmulo. Violação. Construção de significação. Luto.

ABSTRACT

MOTOYAMA, E. P. **Construction of Meaning attributed by relatives to grave violation.** 2017. 89p. Dissertation (Master's degree in Clinical Psychology) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

Taking care of the dead destination is part of the human nature, being the grave a memory monument adopted by many families across several generations. Grave violation has been considered a crime in Brazil since 1851, thus, besides the material loss, there is also a symbolic offense. This phenomenon has been poorly studied by both psychology and other areas of science. The aim of this study was to learn about the construction of meaning attributed by the relatives facing grave violation. This is a multiple case study involving five residents of the metropolitan area in São Paulo, who went through semi-structured interviews and construction of genogram in order to map the members of the family buried in the graves. The data collected was assessed individually using thematic analysis technique and later discussed with integrated approach. In each case studied, particular issues were addressed, such as: grave as a material possession; violence in the cemetery space; emotional impact caused by grave violation; cemetery ambiguous role; loss of funeral customs; death taboo; grave as a place of affection and memories, banalisation of violation as a crime; appreciation of family tradition; grave as a place of memory and respect; cemetery as an irrelevant place; importance of the relationship during the life. This way, the links established, added to the cultural, religious and family aspects, have influence in the meaning conveyed to the grave and, consequently, in the relationship established with it. It was possible to identify that the time gap between the grave violation and the participation in the interview was not significant.

Key words: Grave. Violation. Construction of meaning. Bereavement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Legenda genogramas	36
Figura 2 – Genograma P1	41
Figura 3 – Genograma P2	47
Figura 4 – Genograma P3	53
Figura 5 – Foto enviada por P3	54
Figura 6 – Genograma P4	63
Figura 7 – Genograma P5	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
2. TÚMULO: UM LOCAL SAGRADO, UM LOCAL PROFANADO	15
2.1 Túmulo, um patrimônio familiar?	15
2.2 A esfera afetiva do túmulo.....	18
2.3 Violação de túmulo: aspectos legais e públicos	19
3. O PAPEL DOS VÍNCULOS NAS RELAÇÕES HUMANAS	22
3.1 A formação dos vínculos a partir da teoria do apego	22
3.2 O conceito de base segura.....	24
4. A CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADO.....	26
4.1 Luto e construção de significado	26
4.2 O papel do sagrado	30
5. OBJETIVOS	33
5.1 Objetivo geral	33
5.2 Objetivos específicos.....	33
6. MÉTODO.....	34
6.1 Participantes.....	34
6.2 Procedimentos	35
6.3 Coleta dos dados.....	35
6.4 Análise dos dados	36
6.5 Considerações éticas	38
7. RESULTADOS E DISCUSSÃO	39
7.1 Estudo de caso 1.....	41
7.2 Estudo de caso 2.....	47

7.3 Estudo de caso 3.....	53
7.4 Estudo de caso 4.....	63
7.5 Estudo de caso 5.....	70
7.6 Discussão integrada.....	77
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS.....	83
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	87
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada	89

INTRODUÇÃO

Nunca havíamos pensado no espaço cemiterial como um possível campo de intervenções e saberes para a psicologia. Ao fazer parte de um projeto firmado entre a Fundação São Paulo e o Serviço Funerário Municipal de São Paulo, esse campo se abriu e nos conduziu a pensar em diferentes tipos de atuação, pois há muito que se fazer e sobre o que refletir neste espaço.

Ao focarmos nas demandas da população enlutada, notamos que alguns fenômenos que ocorrem dentro do cemitério são silenciados, apesar da sua repercussão. Entendemos que a violação de túmulo se configura assim, pois é percebida não apenas pelos familiares, mas por todos que frequentam o cemitério, seja em uma visita cultural guiada, seja para homenagear os seus antepassados. Há um número crescente de casos divulgados pela mídia, até o momento sem solução ou minimização.

Muitos podem ser os olhares sobre a violação de túmulo. Partindo da psicologia, nossa curiosidade se lançou sobre a questão: o que significa para alguém ter o túmulo de sua família violado? Esta pergunta nos pareceu instigante, já que não se trata de qualquer bem material e sim, de um lugar diretamente relacionado à perda de um ente querido.

Os túmulos simbolizam o morto, tornando-se locais onde familiares e amigos podem homenageá-los, como uma espécie de local de encontro. Assim, para algumas pessoas, a violação de túmulos pode não ser apenas o ataque a algo material, mas também a um lugar sagrado.

Atualmente, a violência urbana é um fenômeno cada vez mais presente e constante em nosso dia a dia, manifestando-se de diversas formas. Roubos e furtos ocorrem em quantidades inestimáveis em diversos ambientes sociais e, sendo o cemitério um espaço urbano, não está imune. A violação de túmulos é uma modalidade de furto cada vez mais comum nos cemitérios das grandes cidades, desde o bronze usado nos ornamentos até a ossada dos mortos.

Sentimos necessidade de consultar outras fontes de conhecimento como o direito, a arquitetura e a história para que pudéssemos abarcar a complexidade deste campo de estudo. Assim, este trabalho foi construído com a contribuição de diversos olhares, que o guiaram pelo caminho que ele seguiu.

Ao realizarmos buscas nas bases de dados, encontramos dificuldade em achar na literatura atual a relação entre a violação de túmulos e atribuição de significados por parte de familiares. Logo, vimos a possibilidade de contribuir com o entendimento psicológico para a discussão acerca deste fenômeno do espaço cemiterial, tão pouco explorado pela psicologia.

No primeiro capítulo apresentamos a relação com o túmulo em uma perspectiva histórica, afetiva e legal a fim de expor a complexidade do tema. A ligação dos humanos com seus antepassados pode ser vista desde os primórdios das civilizações e mantém-se até os dias de hoje. Afetiva e legalmente, é preciso dar um destino digno ao morto, seja a sepultura ou a cremação, ambos geralmente acompanhados por rituais de despedida. Assim, ao falarmos de violação, temos a pergunta: Que significados, sentimentos e percepções surgem para quem vivencia tal situação?

No segundo capítulo, abordamos as questões vinculares na perspectiva da teoria do apego e suas implicações ao longo do ciclo vital. Considerando os objetivos da pesquisa, ressaltamos a importância do significado da violação, que passa pelo significado da vida e da morte para o familiar enlutado. Também partindo da premissa que o apego é uma relação vincular que visa proteção e segurança, a quem recorrer quando situações de violência, mesmo que contra o patrimônio, acontecem?

No terceiro e último capítulo trazemos o conceito da construção de significado, suas relações com o luto e a influência do sagrado nesta. Entendemos que nossa visão de mundo é constituída pelo acúmulo de diferentes influências vindas do meio no qual estamos inseridos e é por meio dela que nos relacionamos e compreendemos o que acontece ao nosso redor. Desta forma, quando falamos da violação de túmulo, fenômeno recorrente, porém pouco compartilhado por quem sofre, buscamos entender de que forma é construído seu entendimento.

Não pretendemos encerrar o tema, mas sim, suscitar a curiosidade para que outros pesquisadores possam desbravar esse instigante campo que a presença da vida nos cemitérios coloca para a psicologia.

2 - TÚMULO: UM LOCAL SAGRADO, UM LOCAL PROFANADO

“O túmulo também é um templo, um lugar sagrado onde se pode celebrar a liturgia”
(ARIÈS, 2014 [1977], p. 51).

2.1 – Túmulo, um patrimônio familiar?

De acordo com alguns autores (MORIN, 1997 [1970]; SILVA, 2000; MOTTA, 2009; ARIÈS, 2014 [1977]), desde os primórdios da humanidade, é possível notar a prática do sepultamento. Assim, ter um local de referência para os mortos é algo historicamente significativo.

Mais do que construções funerárias e locais destinados aos mortos, os túmulos possuem uma função ambígua na medida em que servem para isolar os vivos da imagem de decomposição do corpo, mas também como objeto de perpetuação da identidade do falecido (MORIN, 1997 [1970]; CATROGA, 2010; CARVALHO, 2014).

Os túmulos expressam a religião e a classe social do falecido, revelam trajetórias pessoais por meio dos epitáfios e adornos e eternizam o nome da família. Se olharmos cuidadosamente para um cemitério, veremos a história e a cultura locais contadas por meio de suas sepulturas.

Essa necessidade de singularização e de comunicação por meio das sepulturas não é recente. Desde o século XII, quando houve uma mudança de entendimento sobre o juízo final como não mais ocorrendo no fim dos tempos, mas sim, no momento da morte de cada indivíduo, surgiu a necessidade de destacar a individualidade por meio dos epitáfios e adornos (ARIÈS, 2012 [1975]).

A inquietação advinda deste novo conceito gerou, ao longo do tempo, uma necessidade de maior cuidado com o destino do próprio corpo. Na colonização do Brasil, por exemplo, uma intensa preocupação referente à morte, ao pós-morte e ao local do túmulo acometia os europeus, principalmente pela falta de garantia que a terra desconhecida despertava (CYMBALISTA, 2006).

Durante milênios a prática de enterro nas igrejas ou em suas proximidades foi comum na Europa, pois era entendida como o local ideal por possibilitar a salvação das almas devido à proximidade dos santos e por ser bento pela Igreja. No Brasil essa prática também foi adotada durante séculos, herança de sua colonização europeia.

Em 1830, com a propagação da visão higienista, chega ao fim a prática de sepultamentos dentro das igrejas e seus arredores, porém de forma heterogênea nas diferentes regiões do país (RODRIGUES, 2014).

Em Salvador, por exemplo, ocorreu a revolta popular denominada Cemiterada, em 25 de outubro de 1836, como forma de resistência à chegada deste novo modelo de lidar com a morte, que sairia do domínio da Igreja passando a ser administrada por empresários da região (REIS, 2012 [1991]).

O cemitério como é conhecido hoje foi fruto do movimento higienista iniciado no final do século XVIII. O medo do contágio pelos miasmas, que se acreditava ser responsável por epidemias de doenças infectocontagiosas, foi o principal responsável pela criação dos cemitérios, ocasionando uma importante mudança nos ritos fúnebres (JORGE, 2006).

Epidemias como a de varíola em São Paulo e febre amarela no Rio de Janeiro, impulsionaram essa visão e a propagação deste novo modelo: cemitérios longe dos grandes centros urbanos.

Essa nova atribuição ao Estado não ocorreu imediatamente, pois mesmo com a municipalização dos cemitérios, a Igreja ainda exercia domínio nas práticas de sepultamento, defendendo tal direito apenas aos católicos. Na ocasião, o conceito de público era bastante restrito, pois admitia exclusões. Foi somente após a proclamação da República que a separação entre Igreja e Estado ocorreu de fato (RODRIGUES, 2009).

Olhando para a História, vemos que os cemitérios e, conseqüentemente, os túmulos nunca estiveram sob responsabilidade exclusiva das famílias. A Igreja e posteriormente o Estado, em convênio com empresas privadas, e respaldado pela lei, estabeleceram as regras de como cuidar das práticas de sepultamento e dos túmulos, ditando assim os modelos de ritos fúnebres adequados.

Ao mesmo tempo em que há certa liberdade de escolha dentro dos rituais de despedida, a família e o moribundo precisam encaixar seus desejos

em regras estabelecidas pela lei. Mesmo que seja da vontade da família e do falecido ser enterrado em um jardim ou propriedade privada, por exemplo, esta ação seria considerada um crime de ocultação de cadáver de acordo com o Código Penal Brasileiro (1940). Aqui podemos pontuar um conflito existente entre o interesse público e o privado.

Em termos legais, o sepultamento é um direito civil fundamental da pessoa ainda em vida e dos familiares após sua morte, conhecido também como "*jus sepulchri*". Trata-se assim de um direito-dever tanto da família quanto do Poder Público (SILVA, 2000). Portanto, não se trata apenas de uma opção, mas também de uma obrigação para com o Estado.

No Brasil, cada município possui sua legislação e administração funerárias, não havendo assim uma unicidade de leis em território nacional. Em São Paulo, por exemplo, cabe ao Serviço Funerário do Município fiscalizar o estado dos túmulos e à família, a responsabilidade pela conservação. No caso de abandono, o município pode requerer a concessão do espaço.

Existem duas maneiras de possuir um túmulo na cidade de São Paulo: sendo concessionário ou proprietário. Na concessão, o serviço funerário fornece uma autorização perpétua à família para que essa possa usufruir o espaço dentro de condições pré-estabelecidas, podendo ser reclamada nos casos de abandono do túmulo ou transferida para outro membro da família, por meio de trâmites legais (SERVIÇO FUNERÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, s/d). No caso de propriedade, a família é detentora da posse legal do túmulo.

Devido à dificuldade que muitas famílias têm de falar sobre a morte, os membros podem desconhecer a história de seus túmulos e até mesmo seus detalhes legais. Essa falta de conhecimento também pode estar relacionada ao momento de crise familiar gerado pela morte de um membro e que pode desencadear diferentes reações, desde a reconciliação de desavenças antigas, como também de avivamento destas de forma mais intensa (MCGOLDRICK, 1998).

Considerando essa carga emocional que acompanha o evento morte, não trataremos aqui o túmulo como um bem material qualquer, pois além de materiais valiosos, os monumentos cemiteriais contêm importantes componentes psicológicos como crenças e sentimentos indissociáveis

(CATROGA, 2010; CARVALHO, 2014). Sendo assim, para além das tramas administrativas e legais que são importantes para um conhecimento amplo do fenómeno, teremos como foco sua esfera afetiva.

2.2 – A esfera afetiva do túmulo

Assim como alguns autores (ARIÈS, 2012 [1975], 2014 [1977]; MOTTA, 2009; CATROGA, 2010; FIGUEIREDO, 2013; CARVALHO, 2014), entendemos os túmulos como monumentos de memória que possuem o papel de evocar o ausente.

Manter viva a história e a memória da família por meio de monumentos e símbolos é algo importante para muitas pessoas. Os brasões familiares, a urna com as cinzas ou objetos confeccionados com estas e o butsudan japonês (espécie de altar doméstico para cultuar os antepassados) são exemplos de objetos que evocam memórias privadas, assim como os túmulos, e que passam a ser uma espécie de ponto de encontro entre mortos e vivos, cercado de significados. A escolha por um ou outro dependerá da cultura na qual o indivíduo está inserido (DeSPELDER & STRICKLAND, 2015).

Neste mesmo sentido, temos também os memoriais, monumentos que reverenciam importantes personalidades ou momentos históricos, que tem o papel de evocar memórias de fatos coletivos em uma esfera pública. Metrópoles, necrópoles e residências, cada qual a sua maneira, encontram uma forma de fazerem lembrar de seus mortos.

Os cemitérios e consequentemente os túmulos são construídos para prolongar a vida dos mortos na memória de familiares e amigos, na tentativa de combater o esquecimento que ocorre ao longo do tempo, de uma geração para a outra (ROBINSON, 2010).

Catroga (2010) ressalta que a memória pode perdurar durante um futuro limitado, até três gerações, quando “[...] os mortos também acabarão por ficar órfãos de seus próprios filhos” (p.175). Logo, quando a tradição de culto aos mortos não é transmitida para as gerações seguintes, seja por influências religiosas ou conflitos familiares, não se mantém um vínculo com a memória dos antepassados e com os locais destinados a estes.

Culturalmente, mantemos em nosso país a tradição de celebrar o dia de finados, quando as famílias vão aos cemitérios visitar os túmulos onde seus entes queridos estão enterrados. Nesta data as pessoas adotam uma espécie de padrão ritualístico na prestação de suas homenagens, apresentando assim um caráter público e coletivo. Porém, há também uma esfera privada, que compreende a homenagem e o significado individual que esta possui (SANTOS, 2015).

Desta forma, os ritos funerários e as visitas ao túmulo são rituais culturalmente significativos que incorporam sentidos simbólicos para muitas famílias, também com o intento de perpetuar antigas tradições (MCGOLDRICK, 1998).

Alguns autores (MOTTA, 2009; CATROGA, 2010; CARVALHO, 2014) apontam o túmulo como simbolicamente análogo à casa da família, por perpetuá-la por meio das contínuas gerações. Assim, a inumação pode ser uma escolha movida pelo desejo da eternidade existencial que se manifesta publicamente por meio dos adornos que os compõem.

Os elementos constituintes de um túmulo, como os ornamentos, o epitáfio e o nome da família revelam a organização social e as representações de mundo dos indivíduos ali enterrados (CARVALHO, 2014). Assim, quando falamos em violação de túmulo, devemos nos questionar o que além do concreto foi retirado dali.

2.3 - Violação de túmulo: aspectos legais e públicos

Nos primeiros séculos depois de Cristo, o medo em relação à violação de sepulturas era marcante devido à crença na ressurreição. Acreditava-se que a violação comprometeria o despertar do defunto e conseqüentemente, sua vida eterna (ARIÈS, 2014 [1977]).

De acordo com Silva (2000), o primeiro a estudar a violação de túmulo foi o jurista russo A. Löwenstimm. No século XIX este crime era extremamente comum em algumas partes da Alemanha e na Rússia, devido sua estreita ligação com superstições relacionadas ao vampirismo e a crença em talismãs.

No Brasil, a violação de túmulo foi considerada crime pelo decreto nº 796 de 14 de junho de 1851, que tinha por objetivo regular as práticas de enterramento, proibindo também a retirada de cadáveres dos cemitérios, com exceção a exumação autorizada (SILVA, 2000).

No Código Penal Brasileiro (1940) há quatro artigos que descrevem atos considerados crimes contra o respeito aos mortos, nos quais é previsto uma punição de detenção e/ou multa variáveis de acordo com a gravidade do ato:

Art. 209 – Impedir ou perturbar enterro ou cerimônia funerária

Art. 210 – Violar ou profanar sepultura ou urna funerária

Art. 211 – Destruição, subtração ou ocultação de cadáver ou parte dele.

Art. 212 – Vilipendiar cadáver ou suas cinzas

Estas leis foram criadas com o intuito de proteger o respeito que os vivos têm para com seus mortos, seja pelos princípios religiosos ou por questões vinculares. Porém, pouco se fala sobre a violação de túmulo e suas implicações legais e, muito menos, sobre o significado que esta tem para os familiares, o que nos chama a atenção, por se tratar de um fenômeno histórico de longa data.

Sob a ótica do direito, *“as sepulturas não podem ser molestadas, violadas, destruídas, reformadas sem qualquer critério previamente estabelecido. São locais destinados à paz dos mortos”* (SILVA, 2000, p. 85). Assim, não apenas a proteção ao patrimônio é considerada, mas também a relação de respeito à memória dos antepassados.

A violência urbana é um fenômeno histórico, complexo e global, que precisa ser entendido e associado ao espaço no qual ele acontece. Para Sonoda (2016), somos potencialmente vítimas da violência e dos impactos que esta traz para a saúde e a subjetividade, além da maneira pela qual nos relacionamos com os espaços urbanos.

No contexto cemiterial, por exemplo, a relação com este espaço será modelada pela segurança que este apresenta ou não. Assim, a violação de túmulo poderá repercutir não apenas na esfera familiar, mas também na aproximação ou no distanciamento deste local.

Diante da falta de validação pública em relação à violação de túmulo, muitas famílias podem se sentir desestimuladas e desencorajadas para registrar algum tipo de queixa. Essa modalidade de violência pode apresentar

impacto ao familiar, pois para muitas pessoas pode se tratar de um local sagrado e de encontro que auxilia na manutenção do vínculo com a pessoa perdida.

A escolha por determinados ornamentos não se dá no vazio. Cada elemento tem uma intenção, revelada por meio de símbolos religiosos ou que retratem uma característica ou fato importante da história familiar. O nome da família, que geralmente apresenta-se em destaque no túmulo, identifica aquele lugar como pertencente aquele grupo com sua cadeia geracional. Novamente aqui questionamos o que está sendo furtado, afinal.

Assim, nos deparamos com um crime contra o respeito aos mortos que se torna banalizado, impune pelas autoridades e ignorado em seus aspectos simbólicos e afetivos. O cuidado com o destino dos mortos também está relacionado ao vínculo com a figura perdida, à memória e à história familiar.

3 – O PAPEL DOS VÍNCULOS NAS RELAÇÕES HUMANAS

*“Era uma raposa igual a cem mil outras.
Mas eu a tornei minha amiga.
Agora ela é a única no mundo”
(Antoine de Saint-Exupéry)*

3.1 – A formação dos vínculos a partir da Teoria do Apego

Ao falarmos de vínculos e relações humanas neste trabalho, o faremos sob a perspectiva da Teoria do Apego, desenvolvida por John Bowlby, psiquiatra inglês cuja formação sofreu influência da psicanálise, etologia, psicologia comportamental e social.

Bowlby (2015 [1979]) destacou que a capacidade de vinculação tem um valor de sobrevivência para a espécie, assim como a capacidade de ver, ouvir ou comer. A formação desses vínculos, chamados apego, se dá ao longo da vida e se manifestam de diferentes maneiras, tendo um papel vital para o homem *"do berço à sepultura"* (BOWLBY, 2002 [1969], p. 257).

O apego se desenvolve durante o primeiro ano de vida e é direcionado à mãe (ou figura principal de cuidado) e ao longo do desenvolvimento vai sendo direcionado a outras pessoas. Quanto mais saudável o relacionamento com a primeira figura de apego, mais fácil se darão as próximas relações. Tal figura tem uma função estrutural para a sobrevivência de um indivíduo e, conseqüentemente, da espécie.

O comportamento de apego visa à procura e a manutenção de proximidade com outro indivíduo específico, considerado mais apto e capaz. Desta maneira, é um sistema de regulação de segurança que tem como objetivo manter o indivíduo distante de situações que lhe possam causar mal, reduzindo sua ansiedade e lhe proporcionando sensação de segurança (BOWLBY, 2002 [1969]).

Existem certas circunstâncias que ativam esse comportamento. Na infância, por exemplo, a distância da figura de apego ou um intervalo de tempo sem a interação com esta são suficientes para iniciar alguma procura. Já para

um adulto, situações mais complexas nas quais ele se sinta vulnerável pode ativar a busca por tais figuras.

Em resposta ao comportamento de apego, há o comportamento de cuidado manifestado pela figura de apego, cuja função também é manter a proximidade e tem como objetivo atender a demanda da figura de cuidado, desativando assim o comportamento de apego.

Antes do primeiro ano de vida os comportamentos de apego são simples como chorar, chamar, sorrir ou andar em direção à figura protetiva. Com o passar do tempo vão se tornando cada vez mais organizados e planejados. Porém, nos caso de perdas é possível observar aquelas ações utilizadas inicialmente, o que nos faz pensar que a visita ao túmulo, quando ocorre próxima a morte, pode ser uma busca pela proximidade com a figura perdida.

Existe uma hierarquia referente às figuras de apego, que são as pessoas de confiança eleitas por nós, que aparecerão em caso de necessidade. Além da principal, há também figuras subsidiárias e outros vínculos desenvolvidos com amigos e outras pessoas familiares. Instituições como a escola, a comunidade e os grupos religiosos ou do trabalho, por exemplo, podem passar a constituir uma figura de apego secundária ou até mesmo a principal (BOWLBY, 2002 [1969]). Assim, o suporte social também é uma necessidade humana para um melhor enfrentamento de situações adversas.

Os apegos estabelecidos ao longo da vida refletem em nossa capacidade de desenvolver uma base segura em nós mesmos à medida que crescemos, mesmo quando as necessidades iniciais não tenham sido adequadamente atendidas. Desta forma, as experiências de ser valorizado e amado por outras pessoas em nossa família e redes sociais podem ajudar a mediar e oferecer alguma proteção contra os efeitos de falhas de apego precoces (GREEN, 2008).

Assim, nossa maneira de agir e interagir com o mundo será em grande parte influenciada pelas primeiras experiências de apego, assim como quem buscaremos em situações de vulnerabilidade. Veremos a seguir o conceito de base segura e de que forma ele contribui para a compreensão das relações interpessoais.

3.2 – O conceito de Base Segura

Sendo a figura de apego responsável por exercer um papel crucial no desenvolvimento humano, sua presença fornece a base segura na qual o indivíduo poderá explorar o mundo e se apoiar quando sentir necessidade em diferentes momentos do ciclo vital.

Para Bowlby (1989), ser uma base segura significa estar disponível, pronto para responder quando solicitado, para encorajar e dar assistência, porém intervindo ativamente somente quando for estritamente necessário. A necessidade desta não se limita à infância, sendo encontrada na adolescência e na vida adulta. A diferença é que com a maturidade a compreensão de base segura não se limita a figura materna, podendo o indivíduo também passar a exercer esse papel para com outro.

Existem duas influências que operam e interagem entre si: a ambiental e a orgânica. A primeira refere-se à presença ou não de uma figura de confiança, capaz de prover uma base segura. A segunda refere-se à capacidade ou não de um indivíduo conseguir identificar uma pessoa de confiança e, assim sendo, conseguir estabelecer uma relação reciprocamente gratificante com esta (BOWLBY, 2015 [1979]).

Ao longo da vida adulta vamos encontrando outras figuras de confiança, disponíveis e capazes de prover o tipo de base segura necessária para esta fase. Isso só é possível em relações duradouras, que fornecem de forma contínua um apoio potencial, como por exemplo, alguns relacionamentos entre cônjuges (BOWLBY, 2015 [1979]).

Não somente as pessoas podem exercer essa função de base segura, mas também as instituições, a comunidade e as religiões. Esses elementos da vida pública podem potencializar ou minimizar nosso senso de segurança, assim como influenciar nosso modo de fornecer cuidados (GREEN, 2008).

Assim, em situações de violência, por exemplo, esses elementos influenciarão também em nossa busca por cuidados, direcionando-nos para as instâncias governamentais ou comunitárias que julgamos capazes de nos oferecer o respaldo adequado.

A religião e a espiritualidade também podem oferecer uma base segura aos fiéis. A ligação com Deus ou com outra figura de devoção é semelhante ao

relacionamento com a figura de apego na infância, pois são percebidos como mais aptos, fortes, acessíveis (por meio de orações ou outros rituais) e responsivos. A fé na disponibilidade integral divina proporciona no indivíduo uma maior confiança diante das dificuldades diárias (KIRKPATRICK, 2005).

A ideia de onipresença, onisciência e onipotência de Deus permite sua internalização, assim como ocorre nas relações de apego seguro, proporcionando conforto e uma base segura eficaz (ESPERANDIO & AUGUST, 2014).

Considerando a violação de tûmulo, entendemos que todos os tipos de base segura expostos até aqui são possíveis. Familiares, comunidade, esferas governamentais e a religião podem servir de suporte diante desta situação. A escolha por um ou por outro é subjetiva e está relacionada ao significado atribuído a essa vivência, conforme veremos no próximo capítulo.

4 – A CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADO

“É preciso que eu suporte duas ou três larvas se quiser conhecer as borboletas”.

(Antoine de Saint-Exupéry)

4.1 – Luto e Construção de Significado

Os vínculos apresentam função vital na espécie humana. Sendo assim, com a morte de um ente querido, perde-se muito. A ausência da figura de apego pode gerar sentimentos de insegurança, ansiedade e desamparo, perdendo a referência de mundo. Assim, quando falamos de luto, necessariamente estamos falando de um processo de adaptação ao rompimento de um vínculo.

Vivenciaremos muitas perdas ao longo da vida, mas ainda assim, cada processo de luto será único, pois assim também é cada vínculo que constituímos. Desta forma, precisamos considerar a particularidade destas experiências (FRANCO, 2008).

Para Parkes (1998), em um processo de luto não fica exatamente claro o que de fato se perdeu, pois perdas secundárias comumente estão atreladas. Desta forma, não se perde apenas a pessoa, mas tudo aquilo ela representava e proporcionava para quem fica.

Apesar de tantas mudanças, o enlutado pode se reorganizar após a perda, sem que haja a total desvinculação da figura de apego, sendo essa a resolução psicológica ideal ao processo de luto. Porém, é necessária a aceitação dessa perda e uma nova forma de vinculação simbólica com essa figura (FRANCO, 2015).

Este entendimento do luto como um processo não linear, subjetivo e único a cada perda nos permite entender o fenômeno em sua complexidade e dinamismo, que possui uma esfera privada e outra pública.

Neste sentido, o cemitério pode ser um espaço social para práticas coletivas do luto que legitima sua vivência, possibilitando a construção de uma

nova relação com o falecido, que neste local, permanece presente (D'ORIO, 2010).

DaMatta (1997) faz uma diferenciação entre rotina e ritual, considerando a rotina como um espaço normal dentro do espaço privado, no qual os acontecimentos dão um sentido de continuidade; ao passo que os rituais são espaços de transformação que ocorrem em ambiente público, promovendo a integração social e dando um sentido de atemporalidade ao presente.

Consideramos como ritual o conjunto de práticas que se dão por repetição, que possuem um sentido especial para quem executa e para quem assiste, reunindo a comunidade para compartilhar momentos especiais e incertos. Logo, é uma comunicação simbólica que dá sentido a experiência, muitas vezes inexplicável à razão (SILVA, 2000; D'ORIO, 2010).

Os rituais promovem apoio recíproco, possibilitando a expressão da dor do luto dentro de um contexto promotor de ligações entre os envolvidos, pois sofremos individual e coletivamente em interações complexas e interdependentes com outras pessoas em nossas famílias e comunidades (IMBER-BLACK, 1998; ATTIG, 2001).

Para Morin (1997 [1970]), diante dos diversos enigmas e emoções que a morte desperta, os rituais fúnebres e a construção de significados no processo de luto também podem servir como um fator de proteção ao indivíduo.

O ritual pode ser expresso e vivido em duas esferas: a privada e a pública. Na primeira o indivíduo encontra espaço para os sentimentos pessoais do luto, enquanto que na esfera pública as práticas coletivas oferecem suporte social e um tempo para viver o luto (D'ORIO, 2010).

O cemitério é um espaço possível para ambas as práticas, ao possibilitar um local no qual o enlutado se permita sentir a perda, conectando-se de alguma maneira com o falecido de maneira solitária e, também coletiva, como vemos principalmente nas datas comemorativas ao longo dos anos após a perda. Mesmo com o passar do tempo, há uma validação social às homenagens prestadas aos mortos nas visitas ao cemitério no dia de finados, por exemplo.

Neste sentido, os rituais de luto atuam em diversos níveis ao promover a expressão individual do pesar, ao validar a perda da família e também da comunidade envolvida (IMBER-BLACK, 1998). Monumentos, túmulos ou outros

símbolos que remetam a morte de alguém querido, são meios de comunicar o luto, de torna-lo público.

Cada enlutado encontrará sua maneira de se relacionar com as lembranças e objetos pessoais do falecido. Para algumas pessoas, os pertences do falecido podem se tornar preciosos e resgatar boas lembranças, ao passo que para outras podem provocar intenso sofrimento (D'ORIO, 2010).

A visão do túmulo pode também tornar a morte muito real. Assim, ao mesmo tempo em que para alguns trata-se de um local de lembrança e de comunicação com os mortos, para outros pode ser um lugar a ser evitado devido à clareza sobre a realidade da perda que este transmite.

Como exemplo, podemos citar algumas passagens do diário publicado por Fausto (2014), no qual aborda, dentre os temas do cotidiano, a perda de sua esposa, nos mostrando como se deu seu processo de luto num período de quatro anos. Destacamos aqui algumas falas simbólicas, representativas da relação estabelecida com o túmulo de sua esposa em suas visitas ao cemitério:

“Falo com ela, como se minha voz pudesse acordá-la do sono eterno (expressão horrível): digo da minha saudade, que em casa está tudo bem e até peço alguns conselhos” (p.12). Neste trecho, notamos que para algumas pessoas, o túmulo pode ser um lugar que potencialmente evoca os vínculos com os mortos.

Outra passagem que nos chama a atenção é: *“Resigno-me a arrumar as flores, fazendo com elas uma pequena cerca que contorna a lápide de bronze. Fico na dúvida se estou protegendo meus mortos ou dificultando sua respiração”* (p.15). O autor expõe a ambiguidade de sentimentos e das certezas que lhe surgem diante do túmulo de sua esposa. Admite, mesmo que por instantes, que ela realmente esteja lá, não como mero cadáver, mas como pessoa, emoção essa que também fica clara no trecho a seguir:

“A angústia me invade: como posso deixar a Cynira ali, abandonada em meio ao sol, ao calor, à chuva? Corre um vento frio. Como vou abandonar você, Cynira, menina do interior, sempre friorenta?” (p.21).

Na tentativa de encontrar significados, podemos identificar uma repetição de padrões familiares e sociais, enquanto que na construção destacamos uma percepção individual das diversas fontes de informação disponíveis.

A visita ao túmulo pode se dar por mera repetição de rituais sociais e familiares ou ser dotado de intenso significado pessoal para o enlutado. Para ilustrarmos, destacamos o relato de DaMatta (1997) que em uma viagem à Portugal, ao adentrar uma igreja, deparou-se com um belo túmulo do ano de 1722 no qual havia um pedido de orações pela alma que ali jazia. Comovido com aquele pedido, que lhe parecia desesperado, o antropólogo se pôs a rezar, apesar da ausência de ligação afetiva com o solicitante.

A maneira como um indivíduo enfrentará uma situação em particular dependerá da relação desta com sua visão de mundo. Esta combinação será responsável por determinar se o enfrentamento será positivo ou negativo (PARKES, 2009). Logo, a interpretação que damos a um evento e o significado que construímos a partir dele, serão determinantes no decorrer do processo de luto e de nosso entendimento diante de diversas situações da vida.

Os significados são representações cognitivas dos membros da família, construídos no contexto familiar, que simbolicamente representa vários elementos da realidade (NADEAU, 1998).

Logo, não somos no vazio. Somos a soma de experiências pessoais com o contexto social em que vivemos e, assim, parte do que somos vem de nossa família, religião e sociedade. É nessa rede que construímos os significados que atribuímos as nossas vivências.

A construção de significado acontece em todos os níveis de interação desde o individual, em duplas e no grupo familiar como um todo. Nestes núcleos, a realidade é construída por meio de conversas que tendem a se intensificar em tempos de crise, a fim de manter essa construção (NADEAU, 1998).

Podemos pensar em duas vertentes nas quais essas construções se dão: a intelectual e a espiritual. Intelectualmente questionamos e procuramos respostas e significados. Espiritualmente procuramos paz e consolo, modificando ou aprofundando a fé (ATTIG, 2001).

Assim, os significados que as famílias atribuem à perda são decisivos para a forma como o seu luto irá prosseguir. Essa necessidade familiar de compartilhar a experiência é uma maneira de controlar o incontável (NADEAU, 2001).

Attig (2001) aponta que transitamos entre construir e encontrar significados diante do sofrimento, como um processo de “reaprender” o mundo. A construção é um processo consciente, ativo e deliberado que resulta em novos significados às nossas experiências. Encontrar sugere um processo passivo e receptivo, do qual retornamos com verdades já estabelecidas.

Nós sofremos com e sob a influência daqueles de quem nós aprendemos a lamentar, incluindo o falecido (ATTIG, 2001). Desta forma, entendemos que os vínculos constituídos, somados aos fatores culturais e valores religiosos, interferem na relação estabelecida com o túmulo, devido ao significado atribuído a este. Qualquer ameaça ou ataque físico a ele pode implicar em ameaça ao que ele representa, ou seja, seu componente simbólico.

Destacaremos a seguir o papel do sagrado, não somente na construção do significado da violação de túmulo, mas na constituição da compreensão de mundo do indivíduo.

4.2 – O papel do sagrado

Ao buscarmos a definição de sagrado (MICHAELIS, 2017), notamos que a palavra é classificada como adjetivo e substantivo. Enquanto adjetivo, refere-se a algo *“digno de veneração ou respeito religioso pela associação com Deus ou com as coisas divinas”*, que *“merece respeito profundo e veneração absoluta”* e inviolável. Como sinônimo, é entendida como o que foi consagrado por cerimônias, lugar privilegiado e vedado a profanações.

Assim, entendemos que a busca e a ligação com o divino são permeadas pelo sentido amplo de sagrado. Essa necessidade de conexão surge quando o homem adquire a consciência da individualidade, momento no qual a questão da própria morte surge como um problema ao sujeito. Como contrapartida, o conceito de imortalidade que permanece intimamente relacionado às religiões de uma forma geral, surge na tentativa de apaziguar a angústia que a finitude traz (MORIN 1997 [1970]; ARIÈS 2012 [1975]; DAMATTA, 1997).

Em muitas sociedades, é estabelecida a relação entre a segurança dos mortos e dos vivos com o cumprimento de ritos funerários adequados. Entre a

Idade Média e meados do século XVII, por exemplo, acreditava-se que a realização de tais rituais evitaria perigos físicos e espirituais. Logo, a morte era entendida como uma transição e não como destruição da alma (REIS, 2012 [1991]).

De acordo com DaMatta (1997), a morte na sociedade brasileira é entendida como uma transição entre mundos, sendo possível a comunicação com os mortos por meio de sonhos e da mediunidade. Assim, “[...] *no Brasil a morte mata, mas os mortos não morrem*” (p.144).

A crença na ressurreição, presente em diversas religiões, origina a necessidade de conservar os restos mortais, dispensando a estes as honras fúnebres. O sepultamento então passa a ser entendido não apenas como uma forma de conservar a memória do ente querido, mas como um ato religioso, sagrado e piedoso para com os mortos (RODRIGUES, 2009).

De acordo com nota publicada em Roma (2016), a Igreja Católica ainda acredita que o destino mais adequado aos corpos seja o enterro em solo sagrado, sendo a sepultura entendida como um lugar de respeito que favorece a memória e as orações ao falecido, além de ser a forma mais adequada de demonstrar a fé na ressurreição. Além disso, as motivações que baseiam a escolha da cremação são questionadas, assim como o local de destino das cinzas.

Mesmo após as mudanças de paradigma em relação ao destino dos mortos que ocorreram nos últimos séculos, a Igreja Católica reage às novas tendências por meio da ratificação de antigas tradições e crenças, demarcando a importância do lugar sagrado como mediador da memória.

Para os católicos, por exemplo, alguns ritos fúnebres são importantes como a extrema unção, o velório, as orações e a missa de sétimo dia, o que mantém uma relação entre tempo, memória e ritual.

Se considerarmos as grandes religiões mundiais como o Cristianismo, o Judaísmo, o Islamismo, o Hinduísmo, o Budismo e o Espiritismo, por exemplo, notamos que apesar das diferentes explicações, há um ponto em comum entre todas: a ideia de continuidade do ser. Essa crença compõe nossa relação com a própria morte e com a morte do outro e, conseqüentemente, com a importância ou não dos rituais fúnebres.

Para o budismo, toda ação tem uma consequência nesta ou na próxima vida, sendo o ciclo nascimento-morte-renascimento movimentado pelos pensamentos, atos e palavras do indivíduo. A esse ciclo é dado o nome de lei do carma (HELLERN, NOTAKER & GAARDER, 2000).

O momento da morte, portanto, é importante devido a sua relação com o renascimento. Não há recomendações explícitas referente ao destino dos corpos, pois seu foco é no destino do espírito. Os espaços considerados sagrados pelos budistas são consagrados por meio de um longo processo permeado por diversos rituais (VIEIRA, 2009). A afirmativa de que o cemitério e o túmulo são locais sagrados não é verdadeira para esta crença.

Além das religiões tradicionais, há um aumento do que chamaremos aqui de crenças híbridas, cuja composição se dá por meio da junção de diferentes conceitos religiosos. Essa crença que se constitui de maneira singular, sustenta a visão de mundo do indivíduo e o modo como se dará suas relações.

Em relação à violação de túmulo, o componente religioso/espiritual também será utilizado na construção de significado desta situação. Mesmo na concepção jurídica, estes elementos aparecem atrelados, quando Silva (2000) afirma que “[...] a sepultura é o nosso destino. Deve ela ser tida como algo sagrado e respeitado porque é o local próprio de todos nós” (p.106).

As religiões e as espiritualidades compõem a concepção de mundo dos indivíduos, servindo como um norteador em momentos de incertezas. É por meio desse suporte que muitas vezes é possível o enfrentamento de adversidades, tendo o sagrado a função de base segura em diversos momentos.

5 - OBJETIVOS

5.1 - Objetivo Geral

Esta pesquisa visa investigar os significados atribuídos por familiares à violação de túmulo de seus entes queridos.

5.2 - Objetivos Específicos

- Identificar as relações estabelecidas com o túmulo, considerando o papel do familiar;
- Compreender a relação entre os vínculos construídos e os significados atribuídos à violação;
- Identificar a relação entre o tipo de violação e a construção dos significados.

6 - MÉTODO

Esta é uma pesquisa qualitativa, que de acordo com Minayo (2010), é um método aplicado em estudos sobre relações, crenças, percepções e interpretações feitas pelo ser humano sobre sua realidade. Assim, nosso objetivo é um conhecimento aprofundado sobre este fenômeno nesta população específica.

Escolhemos o estudo de caso que, de acordo com Stake (1994), busca aprender o máximo de um caso individual, levando em consideração o contexto no qual está inserido por meio de informações de diferentes fontes. Os casos não precisam apresentar necessariamente as mesmas características e, por isso, consideramos para a participação neste estudo situações de furto de ornamentos e de furto/profanação de ossadas. Entendemos que ambas as situações contribuiriam para uma compreensão do fenômeno, além de assegurar a variedade da amostra.

Neste trabalho utilizamos o estudo de caso instrumental, que pretende promover, por meio da atenção a casos particulares, reflexões sobre a questão aqui levantada. Como estudamos cinco casos, trata-se de um estudo de caso coletivo.

6.1 - Participantes

Em razão dos objetivos desta pesquisa, os critérios de inclusão foram: pessoas maiores de idade e que residissem e tivessem túmulos nos cemitérios da região metropolitana de São Paulo. O grau de parentesco não foi considerado, mas sim o tipo de vínculo existente com o(s) falecido(s).

Participaram desta pesquisa cinco pessoas que tiveram um túmulo de sua família violado. Optamos por não colocar como critério de inclusão a variável tempo decorrido entre a violação e a pesquisa, deixando-a como um dado a ser trabalhado na fase de análise.

Dos cinco participantes, dois foram localizados por meio das redes sociais, dois por indicação de pessoas que conheciam a pesquisa e um por indicação de um entrevistado.

6.2 – Procedimentos

Para localizarmos os participantes, divulgamos a pesquisa no Facebook, por meio de convite realizado tanto em nossos perfis, quanto em grupos, deixando claros os critérios de inclusão. Fizemos um contato inicial com aqueles que responderam positivamente via rede social virtual para lhes explicar detalhadamente a pesquisa. Ao concordarem em participar, agendamos a entrevista em dia, horário e local de escolha dos participantes, quando lhes apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A).

Dos locais escolhidos, três foram o local de trabalho dos participantes, um a residência e um em um café, no qual tomamos os devidos cuidados a fim de preservar a privacidade. As entrevistas foram realizadas no período de outubro de 2016 a abril de 2017.

A coleta do material começou imediatamente após a aprovação do trabalho no comitê de ética. A primeira participante indicou a segunda e ambas as entrevistas foram realizadas no mesmo dia. Após a realização destas, foi feita uma revisão do roteiro com a finalidade de redirecionamento do foco.

Optamos por incluir as duas primeiras entrevistas na análise (estudos de caso 1 e 2), pois apesar da alteração no roteiro, elas ofereceram material rico em conteúdo para esta pesquisa. Enquanto que estas abordam a relação com o túmulo, levando em consideração o espaço cemiterial e o conceito de morte, as demais entrevistas (estudos de caso 3, 4 e 5) abordaram de forma mais direta e aprofundada a história geracional do túmulo e a relação do participante com este.

6.3 - Coleta dos dados

Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados foram a entrevista semiestruturada (APÊNDICE B) e o genograma. As informações de ambos foram registradas em gravador de áudio digital para posterior transcrição e construção.

Optamos por inserir o genograma, pois sua estrutura prática e de fácil compreensão permite um mapeamento dos membros da família nuclear e extensa em pelo menos três gerações (MCGOLDRICK, GERSON & PETRY, 2012). Sua aplicação teve como finalidade a coleta de informações sobre os familiares sepultados nos túmulos violados, para que pudéssemos identificar o número de gerações presentes e os vínculos estabelecidos com os falecidos.

Foram usados os seguintes códigos no genograma, de acordo com McGoldrick et al (2012):








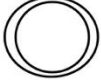

	Filho adotivo
	Quando utilizado sem ligação com familiar, indica informação desconhecida
	Divórcio
	Familiar do sexo feminino falecido
	Familiar do sexo masculino falecido
	Familiar do sexo feminino
	Familiar do sexo masculino
	Participante da pesquisa do sexo feminino
	Participante da pesquisa do sexo masculino

Figura 1 – Legenda genogramas

6.4 - Análise dos dados

Foi utilizada a análise temática para a compreensão do material, que de acordo com Braun e Clarke (2006), é um método que relata experiências, significados e a realidade dos participantes, considerando tais aspectos como efeitos de uma série de discursos que operam dentro da sociedade.

Reconhece os caminhos feitos pelo significado individual da experiência e a interferência do contexto social mais amplo na construção deste significado. Portanto, a análise temática pode ser um método que funciona tanto para refletir a realidade, quanto para desfazer e se desvencilhar de sua aparência. Ainda de acordo com os autores, por se tratar de um método flexível, as possibilidades de achados nos dados são amplas, pois a análise deve ser guiada pela pergunta da pesquisa e pelo referencial teórico adotado.

Existem dois tipos de análise temática: a indutiva que considera que a questão específica da pesquisa pode evoluir por meio do processo de codificação, e a teórica que codifica com foco na especificidade da pergunta de pesquisa (BRAUN & CLARKE, 2006). Adotamos neste trabalho a análise temática indutiva, pois nosso tema permite e requer a ampliação da questão proposta.

A análise temática é composta pelas seguintes fases: familiarização com os dados; generalização inicial dos códigos; procura pelos temas; revisão dos temas; definição e nomeação dos temas e produção da discussão. Os temas têm a função de captar pontos importantes sobre os dados, relacionando-os com a pergunta de pesquisa, representando o significado dentro do conjunto de dados.

Foram realizadas as transcrições integrais das entrevistas como parte inicial do tratamento dos dados. Como propõe a fase de familiarização, refletimos acerca do material coletado por meio de leituras e releituras do mesmo, a fim de uma maior apropriação de seu conteúdo.

Na segunda fase, organizamos os dados em grupos significativos por meio de códigos. Em seguida, na procura pelos temas, estes códigos foram analisados, considerando a possível combinação entre eles para formação de um tema abrangente. Na revisão dos temas, estes passaram por um primeiro refinamento, a fim de formar um padrão coerente entre si, para que na próxima fase, pudéssemos identificar a essência de cada tema encontrado.

Por fim, na fase de produção da discussão, relacionamos os temas encontrados com o embasamento teórico apresentado nos capítulos, na qual nos propusemos a construir reflexões sobre esse novo saber.

Com a realização deste processo em cada entrevista, foi possível tematizar as informações coletadas, o que permitiu uma compreensão da

construção de significado realizada por cada participante em relação à violação de túmulo.

6.5 - Considerações Éticas

Esta pesquisa foi elaborada de acordo com a resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (2016), que regulamenta a realização de pesquisas com seres humanos.

De acordo com a Resolução 16/2000 do Conselho Federal de Psicologia (2000), esta pesquisa se enquadra na classificação de risco mínimo, pois não submeteu os participantes a riscos maiores do que os possivelmente encontrados em seu dia a dia.

Sua realização foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo sob o número de parecer 1.787.199, em 21 de outubro de 2016.

7 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de a mídia divulgar com alguma frequência os episódios de violação de túmulo, vimos que o meio acadêmico pouco se aprofundou nessa questão. Diante dessa carência de produções científicas, nos propusemos a conhecer a construção de significado familiar sobre este fenômeno.

Organizamos essa seção em seis tópicos, sendo cinco destes para a apresentação do estudo de caso de cada participante e o último para uma discussão integrada dos achados individuais. Apresentamos os temas encontrados nas entrevistas e os ilustramos com as falas mais significativas de cada um.

Optamos por realizar um quadro com a caracterização dos participantes, a fim de facilitar a visualização e compreensão das principais informações dos mesmos para este trabalho.

Na tabela abaixo, podemos observar a diversidade de nossa amostra nos quesitos religião e tempo da violação. Apenas um dos participantes era do sexo masculino, mesmo sendo este um fenômeno sem qualquer especificidade de gênero.

Participante	Sexo	Religião	Tipo de Violação	Tempo da violação*	Data da entrevista
P1	F	Budismo	Furto de ornamentos	1 anos	Outubro/2016
P2	F	Espiritualista	Retirada da ossada	27 anos	Outubro/2016
P3	M	Catolicismo	Furto de ornamentos	8 anos	Fevereiro/2017
P4	F	Catolicismo	Furto de ornamentos	3 anos	Fevereiro/2017
P5	F	Espiritualista	Furto de ornamentos	20 anos	Março/2017

*Considerando a data de realização da entrevista

Uma das violações pesquisadas envolveu a retirada da ossada dos familiares sepultados no túmulo em questão, sendo esta uma violência muito peculiar, porém, não incomum. Veremos a seguir, no estudo de caso de cada participante como vivenciaram esta experiência familiar.

7.1 – Estudo de Caso 1

O participante 1 (P1) é do sexo feminino, adepto do budismo e apesar de não ser o responsável legal pelo túmulo, participou ativamente da sua construção, além de zelar pela conservação e lembrar a família da necessidade das exumações. A violação ocorreu aproximadamente no final do ano de 2015, na qual foram furtadas todas as letras de bronze que identificavam o nome da família. No túmulo estão enterrados tios, primo e irmão, conforme vemos no genograma, identificados pela cor azul:

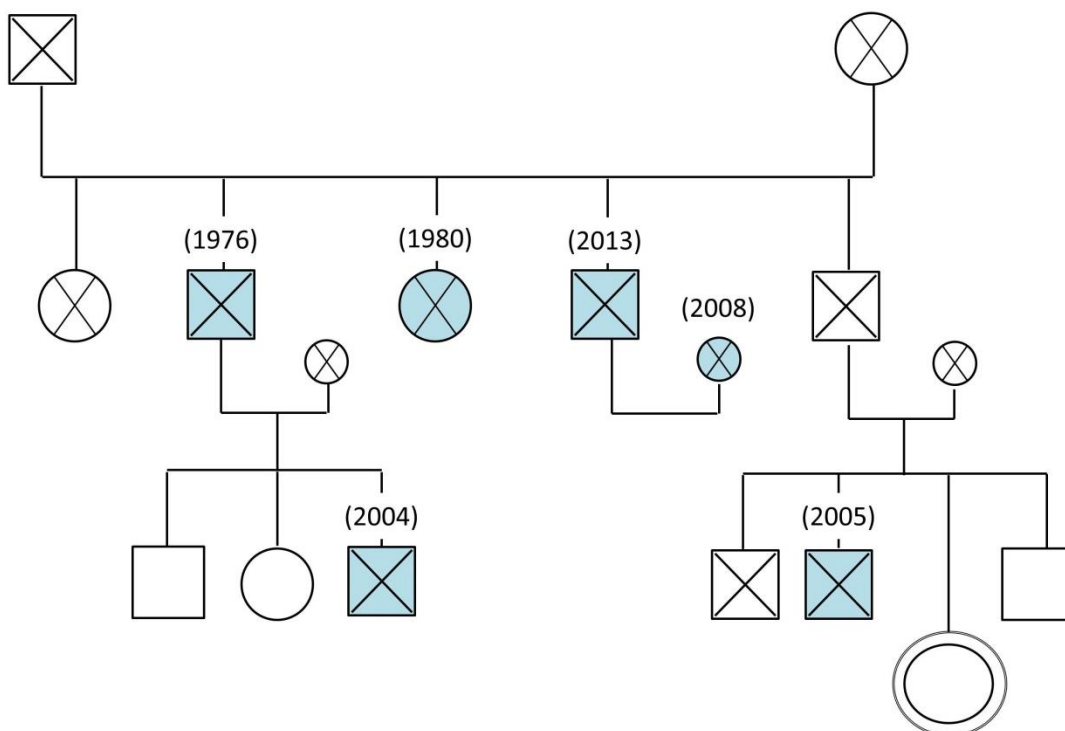


Figura 2 – Genograma P1

Seis pessoas da família de duas gerações estão sepultadas no túmulo. Destacamos aqui que alguns familiares foram ocultados do genograma, pois nosso foco está em apresentar os indivíduos lá sepultados. Acima dos membros indicados está o ano de falecimentos destes e notamos que há aproximadamente 40 anos o túmulo pertence à família.

Sobre a história do túmulo, P1 conta que, na década de 1990, a administração solicitou aos responsáveis pelas covas a construção de túmulos, pois até então os sepultamentos eram feitos na terra. Participou ativamente deste processo de transição ao lado do tio, falecido em 2013. No momento da

entrevista, o responsável legal pelo túmulo era sua sobrinha, porém, devido a sua falta de recursos econômicos, P1 assumiu esse lugar, estando com a posse das documentações e da chave do local.

As questões levantadas na entrevista focaram na relação de P1 com o espaço cemiterial, sobre sua percepção em relação à violação do túmulo e sobre seu entendimento de morte. Ao analisarmos a narrativa do P1, identificamos dois temas principais: túmulo como bem material e violência no espaço cemiterial.

Túmulo como bem familiar:

Ao longo da entrevista, P1 deixa clara sua posição em relação ao túmulo, entendendo-o como um bem material que pertence à família. Assim, este é visto como um patrimônio a ser preservado, mas não cultuado. O túmulo não é entendido como um lugar sagrado para o budismo, como vimos em Vieira (2009). Logo, este distanciamento afetivo e simbólico, com este monumento em especial, pode ser esperado de seus adeptos.

“[...] tem que cuidar mesmo porque não pode deixar criar mofo nos túmulos, nada, mas faz isso com alegria, sabe, de estar ali cuidando de um bem... que é um bem um túmulo hoje. Entra até em inventário! Cuidando de um bem que toda a família usufrui, mas não cuidando dos meus mortos! Olha, na minha cabeça isso é inconcebível!”

Para P1, o túmulo não é um lugar de memória e de culto aos ancestrais, contrapondo o que encontramos na literatura (ARIÈS, 2012, 2014; MOTTA, 2009; CATROGA, 2010; FIGUEIREDO, 2013; CARVALHO, 2014). A necessidade de cuidados que P1 apresenta está diretamente relacionada à conservação de um patrimônio, um local de uso familiar comum. Neste sentido, podemos identificar a analogia entre túmulo e casa da família, conforme apontam Motta (2009), Catroga (2010) e Carvalho (2014).

O reconhecimento sobre a necessidade de conservação lhe possibilita agir de modo prático e objetivo em relação ao túmulo e, conseqüentemente, com o episódio da violação.

Apesar de não compactuar com a escolha pelo sepultamento, já tendo optado pela própria cremação, coloca-se como responsável principal pelo túmulo.

“E eu mesma não vou ser enterrada aí, porque eu tenho um nicho [...]. Mas, enquanto eu estiver viva, eu vou cuidar!”

Para P1, sua situação econômica em comparação com a da responsável legal pelo túmulo e a falta de apropriação da família em relação aos assuntos cemiteriais a colocaram neste lugar de cuidador. O fato de não apresentar uma relação afetiva tanto com o túmulo, quanto com os restos mortais dos familiares sepultados, também lhe reafirma este lugar.

“[...] Eu encaro que pras pessoas é difícil, principalmente pras pessoas que não encaram a morte como parte da vida, então tem aquele apego ‘ah, mas eu vou tirar o meu pai de lá’... Não é mais o seu pai que tá lá caramba!!! [...]. Eu tirei a minha mãe do túmulo dos meus avós na maior tranquilidade! O cabelinho dela tava igualzinho sabe, mas não era mais a minha mãe, era uma caveira que tava ali!”

Ao falar sobre os cuidados com o túmulo, não se refere apenas as questões físicas deste, mas também a necessidade da realização das exumações. Como apontou Parkes (2009), a maneira como o indivíduo enfrenta uma situação depende da relação desta com sua visão de mundo. Assim, na perspectiva religiosa de P1, não há nenhuma essência dos mortos no túmulo, o que permite um distanciamento afetivo em relação ao processo de exumação.

Como considera que os vínculos construídos com as pessoas que já morreram foram internalizados, a questão da violação do túmulo não parece trazer impacto já que este não se apresenta como um objeto de ligação com estes familiares.

“[...] eu acho que as pessoas estão dentro do meu coração... elas não vão morrer nunca! Na minha visão de mundo, elas estão aqui dentro do meu

coração, com boas lembranças, com momentos interessantes que vivenciamos juntos e estão diariamente nas minhas orações. Eu sou budista, entendeu?”

A religião se mostra como importante componente na construção dos significados que atribui para os temas de vida e morte. Notamos em sua narrativa tanto uma vertente racional, quanto uma espiritual neste processo de significação, como vimos em Attig (2001).

“Não vou lá no túmulo encher de flores... eu acho uma besteira! Minha mãe mesmo falava ‘quer me dar flor, me dá agora, que eu vejo a flor, que eu curto... que... que eu vou ver flor no túmulo, eu já morri mesmo!’ [...]. Eu também parto dessa premissa, o que tiver que fazer tem que fazer em vida, durante a vida, depois pra que? Não tem ninguém mais lá!”

A religião aparece como o pilar principal na construção de significado de P1, não apenas em relação à violação de túmulo, mas em diversas situações difíceis que já enfrentou ao longo de sua vida. Além disso, exerce a função de base segura para a qual recorre em momentos de crise, já que a fé lhe proporciona confiança e segurança diante das dificuldades, conforme aponta Kirkpatrick (2005). Essa internalização dos preceitos religiosos mostra-se eficaz na medida em que o permite lidar com as adversidades e oferecer suporte aos demais familiares.

Violência no espaço cemiterial:

Outro tema presente na narrativa de P1 é a ocorrência de episódios de violência dentro do cemitério. A insegurança neste espaço dificulta o acesso e, conseqüentemente, a realização dos cuidados entendidos como necessários com o túmulo e a reparação da violação.

“Tem um problema agora que o cemitério tá enfrentando e eu não consegui ir lá. A administração do cemitério tá pedindo para que não vá mulher sozinha, porque tá muito violento dentro do cemitério”.

A proibição de ir ao cemitério sozinho e a imposição da administração do local da necessidade de um acompanhante do sexo masculino, afeta diretamente a relação estabelecida com este, pois como propôs Sonoda (2016), nossas relações com o espaço urbano são influenciadas pelo fenômeno da violência. Desta maneira, P1 torna-se também uma vítima desta, quando tem cerceado o seu direito de ir e vir no momento em que julga oportuno.

“Parece que tá muito violento lá dentro. Então eu preciso ir, porque eu preciso colocar de novo o nome da família lá, mas eu preciso alguém pra ir comigo”.

“[...] eu não pude ir até lá ainda, porque eu não tenho um acompanhante masculino e a administração precisa se disponibilizar”.

A violência configura-se, assim, como a imposição do poder do outro, no qual os planejamentos pessoais ficam em segundo plano. Ao solicitar que o visitante leve seu próprio acompanhante, a administração do cemitério se isenta desse potencial papel de cuidado. Como aponta Green (2008), quando as instituições não cumprem com o papel de base segura, o senso de segurança tende a diminuir.

“[...] estão atacando as pessoas dentro do cemitério... não tem segurança dentro do cemitério pra percorrer tudo”.

Se a necessidade de segurança está intimamente relacionada à sobrevivência da espécie (BOWLBY, 2002 [1969]), “instintivamente” nos afastaremos de situações que nos pareça ameaçadora. Logo, se não há nenhum vínculo afetivo com o espaço percebido como inseguro, não haverá investimento para a manutenção da relação com este.

“[...] como eu te disse, dentro do cemitério está ocorrendo uma violência muito grande... Porque o que acontece é que abriram um albergue... Então as pessoas que ficam por ali durante o dia... não sei também se são as pessoas que vão pro albergue, não posso julgar ninguém, nem tenho esse direito né?”

Mas quando abriu esse albergue na esquina do cemitério, começou uma violência muito grande... Não sei se eles roubam pra vender, pra comprar comida... não sei a condição de vida de cada um né... não posso julgar”.

Atribuir sentido aos acontecimentos da vida é uma necessidade humana. O processo de construção de significado acontece por meio das relações interpessoais e também entre o indivíduo e a cultura na qual está inserido, como aponta Nadeau (1998). Na tentativa de encontrar um significado diante da violação do túmulo, P1 utiliza-se da realidade que conhece, na qual a desigualdade social é entendida como promotora de violência.

Observamos que nas falas de P1 que não há relação entre a violação e a perturbação da paz dos mortos, mas sim, com a dos vivos.

Ao longo desta análise, identificamos P1 como figura de apoio da família em relação aos assuntos cemiteriais. A religião aparece como base segura que exerce importante influência na construção do significado sobre a morte, seus rituais e com o túmulo, conseqüentemente. Este aparece como um bem familiar que precisa ser preservado estruturalmente, mas não cultuado afetivamente. A violência no espaço cemiterial ganha destaque, pois aparece como um fator dificultador na resolução das conseqüências materiais da violação de túmulo.

7.2 – Estudo de Caso 2

O participante 2 (P2) é do sexo feminino, considera-se espiritualista e é responsável pelos cuidados administrativos do túmulo. A violação ocorreu por volta do final de 1988 e início de 1989, na qual houve a retirada da ossada dos familiares do túmulo. No túmulo de sua família materna adotiva estão enterrados avós, tia, prima e mãe, conforme vemos no genograma, identificados pela cor azul:

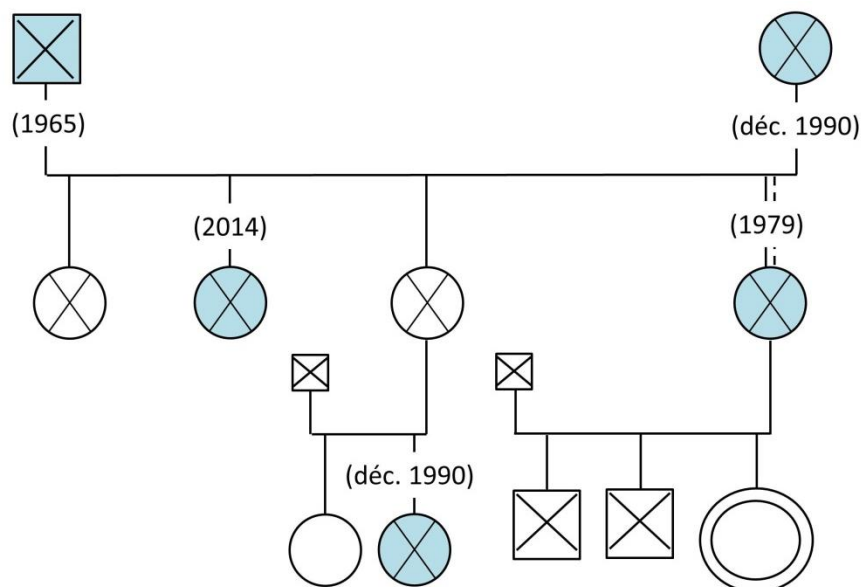


Figura 3 – Genograma P2

Cinco pessoas de três gerações da família estão sepultadas no túmulo. A mãe de P2 foi adotada por uma família imigrante da Itália, que não tinha parentes no Brasil. Pelas datas de falecimento, notamos que o túmulo está com a família há aproximadamente 52 anos. Outro dado que chama a atenção é o número de perdas sofridas na família materna e o fato de ser a única pessoa viva de sua família nuclear. Podemos observar aqui o quanto a morte esteve e está presente na vida de P2 e quantos processos de luto já teve que vivenciar.

A violação do túmulo, de acordo com P2, aconteceu em uma época na qual havia uma procura por objetos valiosos dentro dos caixões e nos corpos, como dentes de ouro, por exemplo. Não houve o furto de ossos, mas estes ficaram espalhados pelo chão do cemitério, junto a destroços do caixão. Em

sua percepção, P2 considera também que na época não havia tantos casos de violação como atualmente.

Apesar de a violação ter ocorrido há aproximadamente 27 anos, em nenhum momento ao longo da entrevista fala com dificuldade em acessar as memórias relacionadas a este evento ou apresenta falas que minimizem a importância do acontecido pelo tempo decorrido.

Ao analisarmos a entrevista, identificamos dois temas principais: impacto emocional da violação do túmulo e função ambígua do cemitério. Nos três pontos abordados no roteiro de entrevista (violação do túmulo, relação com o espaço cemiterial e relação com a morte), as respostas de P2 apresentaram conteúdos ambíguos em diversos momentos.

Impacto emocional da violação do túmulo:

Na ocasião da violação, a administração do cemitério entrou em contato com a avó de P2, que o informou sobre o ocorrido. Ao perguntamos como foi ouvir essa notícia, refere:

“Foi impactante! De repente você fala ‘Meu Deus, o que aconteceu? Como?’. Num lugar que... tão seguro, um lugar, aspas, sagrado né? Cadê a segurança desse lugar? É... é... você fica meio que em estado de choque né? Pomba, mas nem os mortos são respeitados? Quer dizer... porque existe na cultura da gente do respeito do morto! Então de repente é aquilo que você mais estima, foi completamente desrespeitado, foi violado aquilo né? É uma sensação muito ruim!”.

A construção de que o cemitério deveria seria um espaço seguro e sagrado se desfaz no momento da violação, gerando uma perda de confiança neste por não ter cumprido com o papel de cuidado com os mortos. Identificamos aqui que, se em algum momento o cemitério exerceu o papel de base segura (GREEN, 2008), após a violação ele adquire um novo sentido, relacionado com a insegurança e incerteza.

Outro ponto importante é o entendimento do cemitério como local sagrado, que por definição deveria estar relacionado com um profundo respeito

e proibido a violações. Como destacou Rodrigues (2009), além de preservar a memória dos antepassados, o sepultamento em si pode ser entendido como um ato sagrado e religioso em relação aos mortos.

De acordo com Franco (2015), não há uma desvinculação total de uma figura significativa após a sua morte, sendo esta ligação mantida de maneira simbólica. Neste sentido, a violação do túmulo pode abalar a continuidade deste vínculo ao violar também a construção simbólica feita pelo indivíduo.

Observamos também nessa fala uma não legitimação de seu significado pessoal, quando P2 se “corrige” e direciona sua percepção sobre o respeito aos mortos para o meio social, no trecho: *“Pomba, mas nem os mortos são respeitados? Quer dizer... porque existe na cultura da gente do respeito do morto!”*. Entendemos que a ambiguidade no discurso de P2 pode apresentar uma função protetiva diante do ocorrido, ao afastar do pessoal e diluir no coletivo.

Ao receber a notícia e vivenciar esse primeiro impacto, P2 compareceu ao cemitério em companhia do marido. Ao descrever a cena que encontrou, relata detalhadamente o ocorrido:

“[...] eu fui pra lá, encontrei com eles e tava tudo mexido! As lascas de madeira, o... era crânio de um lado, fêmur do outro... era uma coisa bem, bem deprimente! Porque assim, embora você saiba que não tá mais a pessoa lá, você minimamente quer que ela continue do jeito que ela morreu [...]”.

“[...] quando você enterra alguém, minimamente o que você quer... você ter a referência né? Minha mãe tá lá, meu nonno tá ali... Agora, como é que eles vão estar, você não fica averiguando. Você imagina que eles estão dentro de um caixão, ainda que... né... mas não no estágio que você vê que não tem mais nada! Só tem ossos! Então é meio complicado...”.

No início da fala na qual P2 diz *“[...] encontrei com eles [...]”*, identificamos que os restos mortais de seus familiares ainda são vistos como pessoas, o que nos indica a existência da continuidade dos vínculos. Assim, este contato com a imagem da decomposição pode apresentar um componente

perturbador, como apontaram Morin (1997 [1970]); Catroga (2010) e Carvalho (2014), quando o túmulo perde essa função de proteção contra essa cena.

Partindo do entendimento de que o túmulo pode ser um objeto evocador de memórias (ARIÈS, 2012, 2014; MOTTA, 2009; CATROGA, 2010; D'ORIO, 2010; FIGUEIREDO, 2013; CARVALHO, 2014), ao ser violado fica marcado por este evento. Assim, as lembranças relacionadas a este local após a violação e, conseqüentemente ao que ocorreu com os restos mortais dos familiares, podem provocar sentimentos intensos.

A função ambígua do cemitério:

A relação e o entendimento que P2 tem acerca do cemitério não se apresentam de maneira clara e isso nos chamou a atenção. Entendemos, assim como Sonoda (2016), que a violência traz impactos subjetivos e no modo como nos relacionamos com os espaços sociais. A violação do túmulo acrescenta, portanto, um novo elemento para a construção de significado vinculado a este lugar.

Sobre a realização de visitas ao cemitério, P2 fala a respeito da relação com o lugar após a violação, não trazendo ao longo de sua narrativa como era antes.

“Não! Não vou ao cemitério, não gosto de cemitério! Eu ainda... depois que minha mãe morreu, depois que aconteceu tudo isso, eu ainda fui algumas vezes... quando me dava vontade, quando me dava muita saudade eu ia lá, acendia uma vela, punha um vaso de flor... E agora de uns anos pra cá, eu aboli o cemitério...”

“[...] Eu ia porque às vezes a saudade era muito grande e às vezes eu queria um lugar quietinho pra eu ficar, pra eu chorar... mas não que fosse porque ela estava enterrada lá! Era um lugar que eu me permitia sentir aquela saudade, porque no movimento eu não conseguia”

Observamos entre essas duas narrativas uma ambigüidade em relação ao sentido da visita ao cemitério. Apesar de superficialmente abordarem a

mesma coisa, na primeira fala identificamos atos de reverência, como levar objetos aos mortos e na segunda uma negação desta, alegando ser este espaço usado “apenas” para viver a saudade. No discurso, há uma tentativa por parte de P2 de dissociar o fato de seus familiares estarem sepultados lá da realização das visitas.

Após a morte de sua mãe, P2 apresenta um comportamento de busca da figura perdida ao visitar o túmulo. Para D’orio (2010), o cemitério legitima a vivência do luto e possibilita a construção de novas relações com o ente querido, que ali, se faz presente.

Cada cultura elegerá sua maneira de se ligar aos mortos como vimos em DeSpelder e Strickland (2015). Para algumas pessoas, o túmulo pode ser um local de encontro entre vivos e mortos por algum período no processo do luto.

Além destas funções particulares, P2 também aponta para a função pública do cemitério, como o local possível para guardar os restos mortais.

“Eu acho que é o teu último lugar, pra onde você vai, então um lugar necessário [...] É lá que você vai ter que colocar... aquilo que sobrou de uma vida né?”.

Assim como Silva (2000), P2 entende o cemitério como nosso último destino, o local próprio para guardar os restos de uma vida. Chama nossa atenção aqui e na frase destacada abaixo que, apesar das vivências negativas no espaço cemiterial, P2 não traz a cremação como outro possível destino dos mortos.

“[...] eu acho que o cemitério, ele é uma coisa necessária pra sociedade, se não onde você vai deixar esses mortos né [...] um humano, com toda a sua história tem que ter um lugar pelo menos pra ser lembrado, pra ser reverenciado... Eu não faço isso porque pra mim ele não tem esse sentido de reverenciar, de ir lá chorar o meu morto”.

Apesar de em outro momento ter afirmado não gostar de cemitério, ele o vê como um local necessário para a sociedade lembrar e reverenciar seus mortos. Mesmo que P2 entenda que para si o espaço cemiterial não teve a

função de reverência aos mortos, já se utilizou dele para vivenciar essa saudade específica de quem já morreu.

Ao longo da análise deste caso, identificamos que o tempo decorrido não invalidou sua experiência. Em diversos momentos, P2 dilui o significado pessoal no social, o que nos leva a entender que sua construção de significado em relação à violação do túmulo tem como base o discurso coletivo, já que reproduz aquilo que acredita ser compartilhado socialmente. A espiritualidade não aparece como componente desta construção, nem como base segura de P2.

7.3 – Estudo de Caso 3

O participante 3 (P3) é do sexo masculino, considera-se católico, apesar de ter questionamentos pessoais sobre sua fé. Não é o responsável legal pelo túmulo, mas possui uma ligação afetiva e simbólica com este. A violação ocorreu em 2009, na qual foram furtados diversos adornos como uma cruz com a imagem de Jesus Cristo, as letras com o nome da família em latão, as molduras com as fotos dos familiares sepultados e a porta do túmulo.

No túmulo de sua família materna estão enterrados bisavô, ex-esposa do bisavô, bisavó, avó, primos consanguíneo e de consideração, conforme vemos no genograma, identificados pela cor azul:

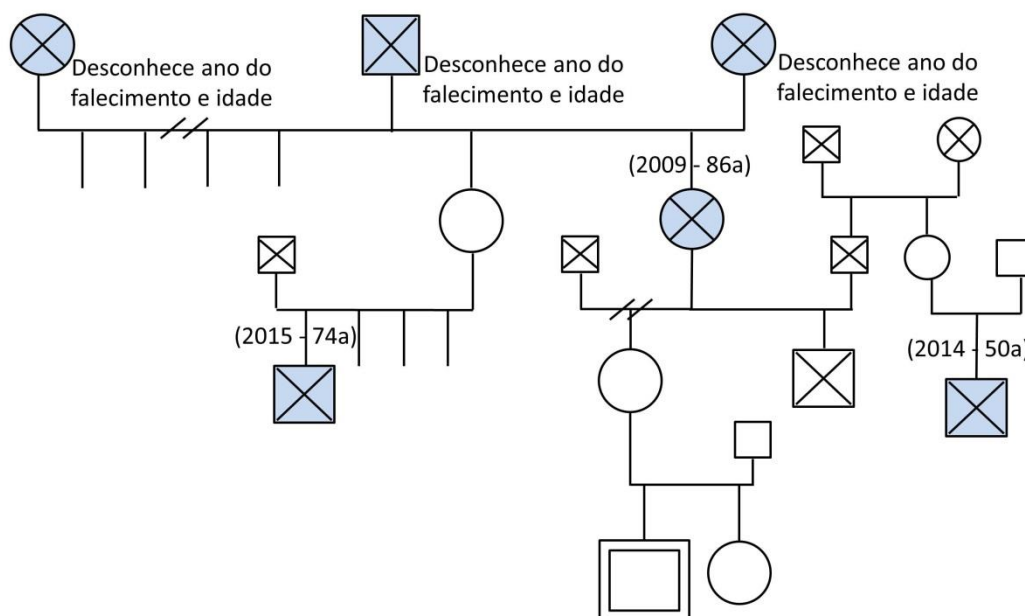


Figura 4 – Genograma P3

Seis pessoas da família de três gerações estão sepultadas no túmulo que foi adquirido pelo bisavô de P3. Algumas informações são desconhecidas, como o sexo dos filhos do primeiro casamento do bisavô, o sexo dos irmãos do primo e a idade e ano no qual morreram a bisavó, o bisavô e sua primeira esposa. P3 considera a relação com sua família materna não tão próxima como é com a família paterna.

A entrevista abordou a história do túmulo, o relacionamento estabelecido com este, os vínculos com os familiares sepultados e a maneira pela qual a

família lidou com a violação. Entendemos que esta começou algumas horas antes do horário combinado, no momento em que nos foi enviado, via rede social, uma foto (figura 5) referente ao tema a ser discutido.

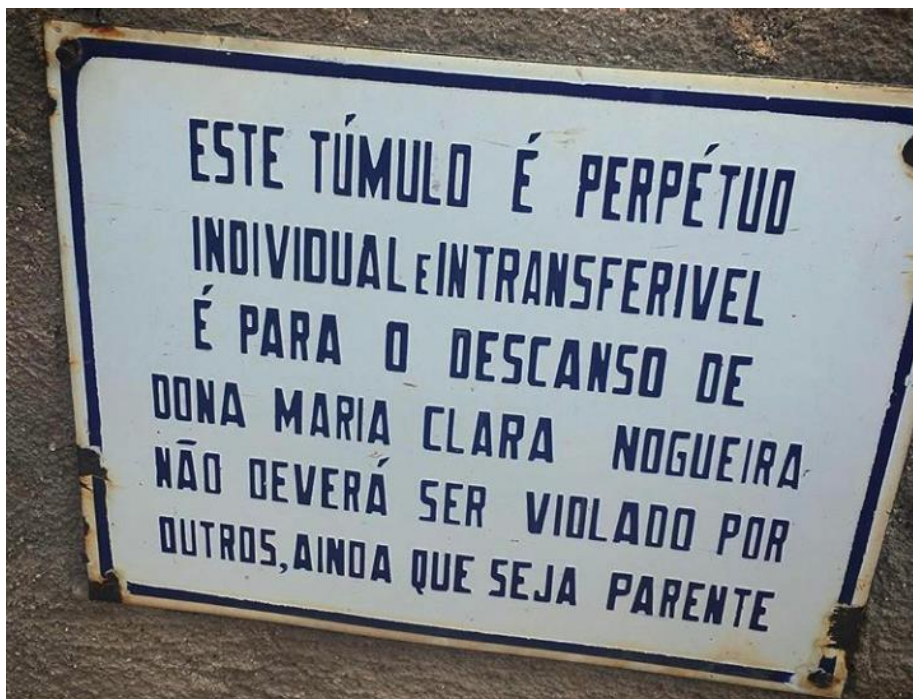


Figura 5 – Foto enviada por P3

A foto foi extraída da rede social Instagram de um representante popularmente conhecido da Igreja Católica. Junto, seguia a mensagem redigida por P3: *“Achei interessante o recado”*. Durante a entrevista, ao falar sobre as adaptações arquitetônicas do túmulo, motivadas pelas recorrentes violações, aborda a imagem enviada:

“Eu acho que mandei uma foto pra você, que eu acho que me remeteu um pouco essa ideia ‘Pô, não mexe no que é nosso, né?’”.

Foram identificados na narrativa de P3 quatro temas principais: perda dos costumes fúnebres, tabu da morte, túmulo como local de afetos e memórias e banalização da violação como crime.

Perda dos costumes fúnebres:

Ao relatar o conhecimento que tem sobre a história do túmulo, P3 destaca a perda das tradições familiares em relação ao culto aos mortos. Entende que seu bisavô tinha um papel de elo na família e que, após a sua morte, alguns costumes se perderam.

“Eu sei que o meu bisavô que comprou... e que antigamente a família era mais apegada a ele, ao túmulo né? A fazer homenagens, a ir no dia de finados, a cuidar, limpar, colocar flores e depois de um tempo não são mais [...] acho que talvez foi quando o próprio bisavô morreu que começou a perder... a família perder um pouco essa coisa com os antepassados”.

A morte de um membro, de acordo com McGoldrick (1998), é um momento de crise familiar que pode acarretar diversas reações, tanto positivas quanto negativas como, por exemplo, a intensificação de antigas discórdias e o afastamento dos membros.

Mais do que a aquisição do túmulo, a via de sucessão ou há quanto tempo pertence à família, o elemento dessa história que mais se destaca para P3 é a perda das tradições fúnebres, relacionada à ausência de visitas ao túmulo. Observamos que há uma tentativa por parte de P3 em resgatar os antigos costumes, numa busca por espaços de transformação e integração social próprios dos rituais, como aponta DaMatta (1997).

“Com relação à história lá do cemitério, dessa campa, do túmulo... a não ser isso, essa percepção de que a família não liga muito hoje em dia... a não ser quando chega uma hora triste, que ninguém tá esperando, aí vai saber se precisa exumar e tudo”.

“Antigamente você ia de manhã, você ia à tarde e você via que já tinham passado vários familiares no nosso e já tinham deixado um vaso de flor, tava varrido, tava limpo... Hoje em dia acho que ninguém vai”.

A mudança de religião de alguns membros, por exemplo, também pode interferir na manutenção dos costumes fúnebres. Ao atribuir um novo significado à morte e, conseqüentemente, ao túmulo, uma nova relação se constituirá.

“[...] quando eu chamo minha família pra ir lá, minha mãe já fala: ‘Sua vó não está, eles não estão lá’... eles são de outra religião... ela é adventista, mas antes ela era católica [...]”.

A perda da tradição fúnebre, em especial, pode ocasionar o que Catroga (2010) se referiu como orfandade dos mortos, na qual a memória dos antepassados perdura por um número limitado de gerações.

Identificamos na atitude de P3 uma tentativa de combater essa tendência. Como não possui descendentes, procura em sua ascendência resgatar a importância do túmulo como local de memória, que de acordo com Robinson (2010), é uma forma de prolongar a vida dos mortos.

Tabu da morte:

Na família de P3, a morte aparece como um assunto proibido que atravessa gerações. A compra do túmulo, por exemplo, não foi algo compartilhado e comentado entre os membros. Quando perguntamos se P3 sabia se o túmulo era algo importante para seu bisavô, após falar sobre seu relacionamento relativamente distante com a família materna, responde:

“[...] Inclusive também quando o meu bisavô comprou lá... a gente... não é um assunto que fala né?”.

Identificamos também uma dificuldade em tratar de temas referentes ao túmulo devido à idade avançada da responsável legal por este. A estreita relação entre túmulo e morte impede que a família trate os assuntos necessários referentes a esse bem, como por exemplo, a via de sucessão.

“[...] Ela é a matriarca da família, a mais velha... está com 98 anos... bem lúcida e tudo, mas... não falam! A única época que se falou foi quando a gente se reuniu, tava lá enterrando alguém que a gente fala ‘poxa vida olha, destruíram, como tá degradado’. Então a gente fica meio perplexo, reflexivo, mas não se fala muito. Não é um tema que você fala. Acho que até porque, tem um tabu por ela ser muito velhinha já, 98 anos! [...] O que eu percebo é que tem uma áurea de preocupação de como que vai ser quando chegar a hora dessa que é a matriarca”.

Para Nadeau (1998), os significados são construídos no contexto familiar, por meio da troca entre seus membros. Desta maneira, quando não há essa construção no coletivo, não há um significado claro, sendo compartilhado apenas o entendimento de que “sobre isso não se fala”. Assim, os assuntos proibidos geram entraves na comunicação e na resolução de conflitos dentro da família.

A família que não suporta tratar da morte, tema tão crucial da existência humana, não se coloca como uma base segura neste sentido, exigindo dos indivíduos a busca de suporte em outras instâncias.

“Não é um assunto... ninguém fala... cemitério... E aí eu lembro que a única vez que foi um assunto foi quando mudou o jeito da campa [...]”.

Mesmo que a violação de túmulo tenha gerado a necessidade na família de olhar para este, as conversas a respeito tiveram como foco as mudanças arquitetônicas, sem outras discussões como os possíveis interessados em assumir a responsabilidade quando for necessário.

Tivemos acesso apenas à visão de P3, que nos permitiu deduzir que falta espaço em seu meio familiar, não apenas para tratar do túmulo em si, mas das consequências da morte, de uma maneira geral.

Túmulo como local de afetos e memórias:

A proximidade de P3 com o túmulo aumentou após a morte de sua avó, identificada como figura principal de apego. A última violação ocorreu no

mesmo ano de sua morte, quando foi furtada também a plaquinha de identificação de sua avó, a qual P3 fez questão de encomendar, apesar das dificuldades financeiras. Identificar o familiar sepultado é dar um lugar de memória a este no túmulo.

“Eu lembro que eu fiquei muito chateado quando... Eu nunca tive muita grana assim né, e eu fiz questão de mandar fazer o da minha avó, aí foi pouco tempo depois que roubaram [...]”.

Os adornos estão investidos de sentimentos e crenças (CATROGA, 2010; CARVALHO, 2014), podendo ser mais importantes que o valor monetário destes. A escolha das peças que compõe o túmulo tem o intuito de expressar as características da família, formando assim uma identidade reconhecida pelos seus membros.

Após as sucessivas violações que o túmulo sofreu, a família optou por mudar por completo os materiais a fim de evitar novos furtos. P3, porém, lamenta a perda da construção original.

“[...] a decoração tinha uma cruz com Jesus, uma cruz bonita num tamanho grande e todos os nomes de quem estava enterrado ali era com letras de latão imitando bronze [...] quando começaram a roubar as placas, as letras e até a porta da onde coloca as gavetas, daí mudou para um azulejo, umas placas de cerâmica mais barata com o nome decalcado... daí a gente não teve mais notícia de que violou. Mas parecia que antes tinha um carinho maior quando era o outro tipo de decoração”.

O túmulo é um representativo de memórias privadas, porém exposto publicamente. Conforme apontam DeSpelder e Strickland (2015), muitos podem ser os objetos que evocam lembranças e que nos ligam aos mortos. Pensando na vulnerabilidade que o espaço público pode trazer a algo tão pessoal, P3 reflete sobre a necessidade de construir um lugar mais seguro para suas memórias afetivas de seus familiares.

“Eu sei que minha avó não está mais lá, mas o representativo do último momento que a gente... é... se despede... [breve silêncio]. Eu tenho lá como uma forma muito especial de lembrar dela e também desse primo que morreu muito prematuramente, muito abruptamente, mas eu também já pensei em fazer em casa um lugar com fotos desses antepassados que são especiais [...]”

Para Franco (2015), o processo de luto possibilita a construção de um novo vínculo com o falecido e, para algumas pessoas, o cemitério pode ser um espaço favorável para tal por legitimar a vivência da perda, como aponta D’orio (2010).

Destacamos também o papel de intermediário que o túmulo exerce na relação afetiva entre P3 e sua avó, marcado inicialmente pela busca da proximidade com a figura de apego.

“Eu cheguei a ir mais fora de data de finados, que eu acho que estava me pegando mais a essa coisa de eu ter perdido a minha segunda mãe [...]”

Para Bowlby (2002 [1969]), o apego tem uma função vital ao longo da vida. Ao perder a figura de apego, P3 perde, mesmo que momentaneamente, sua sensação de segurança. A insegurança ativa o comportamento de apego manifestado por meio de choro, protesto e procura pela figura protetiva. Sob a perspectiva da teoria do apego, podemos entender que as visitas ao túmulo logo após a perda podem estar relacionadas a essa busca de proximidade.

Como afirma Franco (2008), o processo de luto se dá de maneira única e particular para cada indivíduo e em cada experiência de perda que este venha a sofrer. Para esta perda em especial, o túmulo teve um papel de importância para P3.

“[...] ela não gostava de flor! Eu levo mesmo assim, peço desculpa pra ela... ela falava que não era pra levar flor... ‘Ah vó! Vou levar do mesmo jeito!’. Eu gosto de flor, eu acho bonito lá... mas ela não gostava”

Nos encontros e desencontros entre Kairós e Chronos, o passado vira presente e P3 encontra um espaço para se comunicar com quem ama. Notamos por meio desse diálogo interno estabelecido com a avó, que a memória apresenta um componente atemporal quando se trata de lugares e pessoas significativas.

As visitas tornaram-se mais espaçadas, passaram a ser anuais, e no momento da entrevista já não eram realizadas há dois anos. Ao falar sobre sua relação atual com o túmulo, a expressa por meio do sentimento de culpa, por não manter a frequência de visitas que considera ideal, mas também por não ter estado mais próximo a sua avó.

“[...] É... de culpa! Um pouco de culpa... me sinto um pouco culpado de... talvez se eu tivesse sido mais presente [breve silêncio]... é um pouco de culpa. Poxa... é de não ter ido... No ano passado eu não fui, no ano retrasado eu não fui [...].”

“Eu me sinto um pouco culpado, eu acho que mais com relação... eu acho que é uma coisa meio que o Freud explicaria com relação à avó mesmo né... a não ter estado mais perto dela... talvez nem tenha tanto a ver com o túmulo em si [...].”

Há uma associação entre o túmulo e a avó, apesar do tempo decorrido, na qual o sentimento de culpa por conta do distanciamento ainda é presente. Ao responder as perguntas, P3 constrói novos significados ao repensar atitudes e sentimentos, o que pode favorecer uma organização interna. Em sua fala identificamos o que alguns autores apontam (ARIÈS, 2012 [1975], 2014 [1977]; MOTTA, 2009; CATROGA, 2010; ROBINSON, 2010; FIGUEIREDO, 2013; CARVALHO, 2014) sobre a relação afetiva com o túmulo, sendo esse um local de encontro entre vivos e mortos.

Banalização da violação como crime:

Apesar de a violação de túmulo ser considerada crime passível de punição (BRASIL, 1940), não é validado socialmente como tal. O túmulo da

família de P3 foi violado mais de uma vez, sendo a mais marcante, a seu ver, após o falecimento de sua avó.

Nos episódios de violação, refere não ter participado das decisões para resolução da questão ou mesmo das discussões sobre como proceder, o que ficou a cargo dos familiares mais velhos. Perguntamos se houve alguma procura pela administração do cemitério ou realização de algum boletim de ocorrência para registrar a violação. Apesar de não conhecer essa parte da história, foi construindo ao longo da entrevista seu entendimento sobre o ocorrido.

“A gente não fez, eu não sei por que [...] deve ser por causa de descrença, por achar que é reclamar com o próprio bandido...”

“Acho que as pessoas ficam meio que paralisadas... descrentes!”

Observamos que tanto a administração do cemitério quanto a polícia não aparecem como base segura para P3, mas sim como promotoras de insegurança e descrença. Pela violação do túmulo não ter um reconhecimento social enquanto crime, não há espaço para o familiar falar sobre os sentimentos despertados, o que reforça a construção de que “sobre isso não se fala”.

“É um crime, é um furto né, deveria ser... eu acho que é meio banalizado, né? Se você for a uma delegacia eu acho que eles vão rir da sua cara! Não sei, não vejo que tenha seriedade nisso! Todo mundo sabe que acontece... é... mexe com a sua intimidade e com a da sua família, com a sua história, mas eu não sinto que as pessoas, nem as vítimas, nem as autoridades dão muito valor! Parece que é uma coisa que ninguém quer tocar muito pelo tabu de morte...”

Marcada por um desrespeito tanto com a memória dos mortos, quanto com o sentimento dos vivos, a violação de túmulo na perspectiva de P3 transcende a questão material, atingindo questões particulares no nível pessoal e familiar, pois como aponta Sonoda (2016), a violência também traz impactos para a subjetividade. Entretanto, P3 não encontra espaço para falar sobre suas

inquietações nem nas instituições que teriam alguma responsabilidade sobre o ocorrido, nem dentro da família.

“Há um desrespeito muito grande com nossos antepassados, com quem é da gente... É um ato muito... é... [breve silêncio]... Parece um ato banal, um roubo, um furto de algumas coisas, mas é... mexe numa coisa a mais né... essa coisa da família...”

Como apontam Motta (2009), Catroga (2010) e Carvalho (2014), há uma analogia entre o túmulo e à casa da família, na medida em que em ambos há um encontro de gerações. A violação do túmulo aparece, assim, como um ataque a algo muito particular e familiar. Mesmo distante do convívio diário de P3, o túmulo é entendido como uma parte de sua casa, na qual repousam seus entes queridos.

O envolvimento de P3 com a pesquisa não se deu apenas no momento da entrevista, pois antes do início já havia buscado uma imagem que pudesse comunicar previamente como se sentia. Ao longo desta análise, pudemos observar que a ligação simbólica entre o túmulo e sua avó, principal figura de apego, faz com que a violação seja sentida de maneira afetiva. O cemitério não aparece como base segura, na medida em que não cumpre com seu papel de cuidado com os mortos. Além disso, entendemos que, de alguma maneira, o espaço promovido pela pesquisa foi importante para P3 ao dar voz a um assunto “que não se fala”, possibilitando reflexões que se construíram ao longo da entrevista.

7.4 – Estudo de Caso 4

O participante 4 (P4) é do sexo feminino e adepto da religião católica, assim como sua família. Não possui a propriedade ou a concessão do túmulo, mas é responsável por seus cuidados e conservação. A violação ocorreu em 2014, quando foram furtadas as placas de bronze com a identificação dos familiares sepultados. No túmulo da família materna estão enterrados avós, pais, tio e filho, conforme vemos no genograma, identificados pela cor azul:

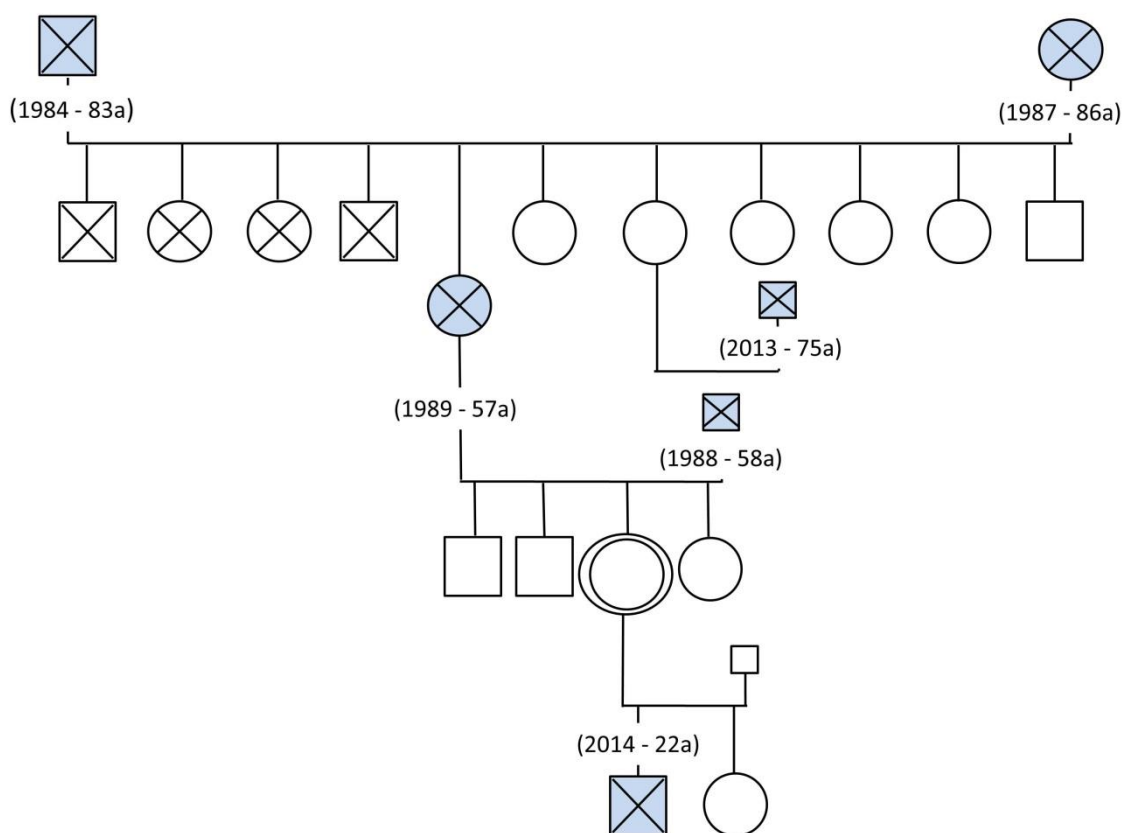


Figura 6 – Genograma P4

Seis pessoas de três gerações diferentes estão sepultadas no túmulo, que pertence à família há aproximadamente 40 anos. Por não concordarem com o modelo de sepultamento na terra, a família iniciou uma busca por um jazigo em cemitério com construções tumulares que durou dois anos.

Com o falecimento do tio, dono do túmulo, os direitos foram transmitidos para as filhas, primas de P4. Entretanto, existe um acordo na família de que todos que quiserem têm o direito de ser sepultado no local.

Seu tio também era responsável pelos cuidados e manutenção do túmulo e, com a sua morte, a família se distanciou do local e neste período ocorreu a violação. P4 só soube do ocorrido quando foi ao cemitério na ocasião da morte de seu filho. Desde então assumiu o papel de cuidar da conservação do túmulo.

Foram identificados na narrativa do participante, três temas principais: valorização da tradição familiar; túmulo como local de memória e respeito; e violência no espaço cemiterial.

Valorização da tradição familiar:

A tradição familiar, cuja base principal é a religião católica, é um importante norteador para as ações de P4 em relação aos cuidados com o túmulo. No catolicismo, o túmulo ainda é entendido como o local mais adequado aos mortos, por favorecer as orações, a memória e a demonstração da fé na ressurreição (ROMA, 2016).

“[...] uma família muito antiga, tradicionalmente católica, então tem todos os valores religiosos de honrar os seus falecidos. Então, dia de finados é muito respeitado, há uma visitação, até uma semana antes abre para a ação de ver se está tudo em ordem com os jazigos, vê se tá tudo... se precisa de uma limpeza mais aperfeiçoada, mais fina, uma pintura, porque tem esse negócio religioso né, uma cultura religiosa forte em honrar os seus antepassados. E eu acabei também adotando né...”

De acordo com McGoldrick (1998), os ritos funerários possuem um sentido simbólico para muitas famílias, além de perpetuarem antigas tradições. Observamos que o túmulo para P4 ocupa o lugar simbólico da casa da família, como apontam Motta (2009), Catroga (2010) e Carvalho (2014).

A família optou por repor os adornos violados do mesmo modelo e material do original em nome da tradição, conservando assim, as características dessa casa.

“Nós fizemos todo o trabalho em bronze para manter o que já estava sendo a tradição da família”.

A tradição para P4 está acima das vontades individuais e da questão financeira. Apesar das demais famílias que tiveram os túmulos violados terem optado pela mudança dos adornos, P4 e seus familiares sustentaram a preservação da imagem original do túmulo.

Como aponta Carvalho (2014), os ornamentos revelam muito sobre os indivíduos sepultados, como a organização social e as representações de mundo. Preservar os elementos originais, assim, demonstra a importância de manter essas características ligadas ao nome da família.

“[...] as famílias que tiveram violadas as placas, eles passaram a fazer no granito, fazendo a escrita em baixo relevo para identificar os mortos daquela família. Não mais estão usando o bronze. Nós optamos por refazer, usamos um parafuso enorme que dificilmente será tirado de lá agora [...] Mas assim, mais por conta dos meus tios, porque eu também teria feito à mesma coisa do que essas famílias [...] para não estimular esse comércio [...] Mas, enfim, mantenho o que os mais velhos dizem, nos orientam na família”.

P4 entende o túmulo familiar como um espaço de uso comum de um grupo, aceitando as decisões tomadas de maneira coletiva. Ao considerar a história do túmulo, manifesta um sentimento de respeito pelo local, por ser importante para sua família. Assim, conservá-lo significa manter o desejo de seus familiares, estar de acordo com os preceitos religiosos e perpetuar a tradição.

Túmulo como local de memória e respeito:

Para P4, o túmulo é um local de memórias que deve ser respeitado. Entende que nele estão apenas os restos mortais de seus familiares, pois suas almas ou espíritos não estão mais lá, como prega sua religião. Assim, ao mesmo tempo, é um local que de presença, que remete à ausência.

“[...] eu tenho a clareza de que ele é só simbólico, que ele só está guardando os... ai, como eu diria... os ossinhos né de quem já partiu. É meramente simbólico, é um lugar, um espaço onde estão meus antepassados”.

“[...] no começo foi muito forte e a gente ia mais vezes até ter aquele impacto da morte, a surpresa dessa morte tão recente né e tão precoce passar. Mas na realidade o que a gente... o que eu penso... ele não está ali! Ele já partiu! Eu como católica, eu sei que ele não está lá! Então eu conservo o que ele foi, tá ali, os restos mortais dele estão ali, mas realmente no coração eu sei que não!”.

No túmulo estão sepultados os antepassados e o descendente de P4. Logo após a morte do filho, as visitas tornaram-se mais frequentes, como uma maneira de lidar com a perda recente e de manter simbolicamente o papel de cuidadora em relação a sua figura de cuidado. Para D'orio (2010), o cemitério é um espaço que legitima a vivência do luto e possibilita a construção de uma nova relação com a figura perdida.

Como aponta Franco (2015), essa nova forma de vinculação simbólica só se dá com a aceitação da perda, cuja presença podemos identificar na fala de P4. A religião aparece como base do significado que atribui a sua relação com o túmulo, entendendo esse como um local de conservação dos restos mortais e da memória de seus entes.

É por meio do túmulo que P4 se beneficia com o ritual privado, quando leva flores ao filho, e também com o público, quando recebe suporte social das práticas coletivas, ao ver a manifestação de carinho e reverência de amigos (D'ORIO, 2010).

“[...] às vezes eu levo uma flor. Meu filho gostava muito de girassol, então às vezes eu vou e levo um vasinho de girassol. E muitas vezes me surpreendo e encontro vários vasos de girassóis! Eu sei que várias pessoas amigas dele têm ido lá e deixado essa lembrança lá. É legal também, uma reverência à memória dele, enfim...”.

Para Imber-Black (1998) e Attig (2001), os rituais possibilitam um apoio recíproco na família e na comunidade. Assim, o cemitério como um espaço público, torna-se um local que promove a ligação entre as pessoas que lá prestam suas homenagens. Ao ser permeado por este contexto, o túmulo passa a ocupar também um lugar simbólico. Assim, além de despertar sentimentos pertinentes à perda de um bem material, a violação é entendida como um desrespeito a este espaço sagrado.

“Qualquer coisa que tenha dono é revoltante você ser subtraído. Ainda mais no espaço que a gente tem de que é religioso, merece respeito! Não é fácil!”.

Além de trazer as questões privadas, relacionadas diretamente com o túmulo de sua família, P4 também se mostra mobilizada em relação aos episódios de violação dos quais tem conhecimento, trazendo a repercussão pública deste fenômeno que pode atingir o coletivo de diferentes formas.

“Eu vejo os casos de violação de patrimônios de cemitério em São Paulo que são coisas tradicionais e isso me inquieta! Porque é uma falta de cultura nossa, infelizmente, e são obras de arte que estão sendo violadas e... a falta do respeito religioso, né?”.

Observamos que a inquietação de P4 está relacionada ao entendimento sobre os túmulos como patrimônios ligados a tradições familiares e também como obras de arte que possuem valor cultural e coletivo.

Identificamos assim que P4 considera o túmulo tanto no contexto privado quanto no público, entendendo-o como um lugar de memória e digno de respeito, na medida em que este tem a função de perpetuar tradições por meio de manifestações religiosas e artísticas.

Violência no espaço cemiterial:

Mais importante que a tradição, para P4 é manter sua segurança. O fator violência modela a relação estabelecida com o espaço cemiterial (SONODA,

2016), exigindo do participante uma mudança na execução das homenagens fúnebres.

“Tem um lugar específico para acender as velas, porém ele é meio isolado, eu tenho medo disso e eu dispenso... esse ato eu dispenso... essa tradição de acender as velas aos santos defuntos né, como diz a nossa religião”.

A insegurança se faz presente no cemitério, onde não só os túmulos estão em risco, mas também os visitantes. Para Green (2008), a perda do senso de segurança interfere no fornecimento e manutenção dos cuidados, o que pode gerar um afastamento deste local.

“Triste a gente ficar assim com medo, quando a gente chega no cemitério sozinha, tem uma pessoa que cuida do local que pergunta ‘que local que a senhora vai?’, avisa a gente a não ficar sozinha, entendeu?”.

Para não se distanciar novamente dos cuidados com o túmulo, P4 optou, juntamente com sua família, por remunerar uma pessoa que se responsabiliza pela manutenção física do local, sendo essa sua maneira de cuidar da sua segurança pessoal, sem descuidar do bem familiar.

“[...] eu pago uma taxa por mês [...] para ele garantir esse cuidado do túmulo. Mas na realidade eu penso que eu pago uma taxa de salvaguarda do túmulo!”.

A responsabilidade pela segurança do local não é atribuída a uma instância específica, havendo um conflito entre o que cabe ao poder público e às ações privadas. Esta falta de clareza potencializa o sentimento de insegurança e impossibilita a identificação de uma base segura em nível institucional.

“Deu seis horas, fecham-se os portões e fica ao Deus dará aquilo! Não tem... não tem vigilância! Não é um patrimônio que a pessoa invista para pagar e a prefeitura não faz isso, não tem esse cuidado”.

Identificamos que, para P4, o Estado na figura da polícia não se apresenta como apto a resolver a questão da segurança no espaço cemiterial e nem fora deste. Apesar do registro da violação feito junto à administração, não houve acolhimento e atenção em relação ao ocorrido.

“E não tem como, você vai reclamar pra quem essa violação? Essa é a grande questão! Não adianta você ir pra polícia fazer um B.O.!”

“Eu reclamei na administração, fiz um registro, mas só ficou ali no registro, porque... meu Deus, a polícia não dá conta de coisas básicas! O que dirá dos mortos, né!”

Para lidar com a falta de segurança no cemitério e ausência de respaldo institucional, P4 encontrou junto à família o apoio para lidar com este problema não pontual, pois, apesar de a violação ser considerada crime, na prática não há um canal de comunicação eficaz sobre a ocorrência.

Ao longo da análise deste caso, identificamos que P4 assumiu o lugar de cuidador do túmulo, numa analogia de continuidade de cuidado do filho falecido. A religião e os ensinamentos familiares, baseados na tradição, aparecem como bases seguras e componentes importantes nos significados associados ao túmulo. Sua preocupação em relação aos episódios de violação não se restringe apenas ao túmulo de sua família, mas a todos de uma maneira geral, por entendê-los como patrimônios culturais.

7.5 – Estudo de Caso 5

O participante 5 (P5) é do sexo feminino e tem uma espiritualidade que descreve como muito particular. Não possui a propriedade ou a concessão do túmulo, estando essas sob a responsabilidade de um tio. A última violação ocorreu em 1997, na qual foram furtadas as placas de identificação dos familiares ali sepultados. Anterior a essa violação, houve outros episódios nos quais foram furtados dois vasos e uma imagem de Jesus Cristo em cobre.

No túmulo da família materna estão enterrados avós, pais e tios, conforme vemos no genograma, identificados pela cor azul:

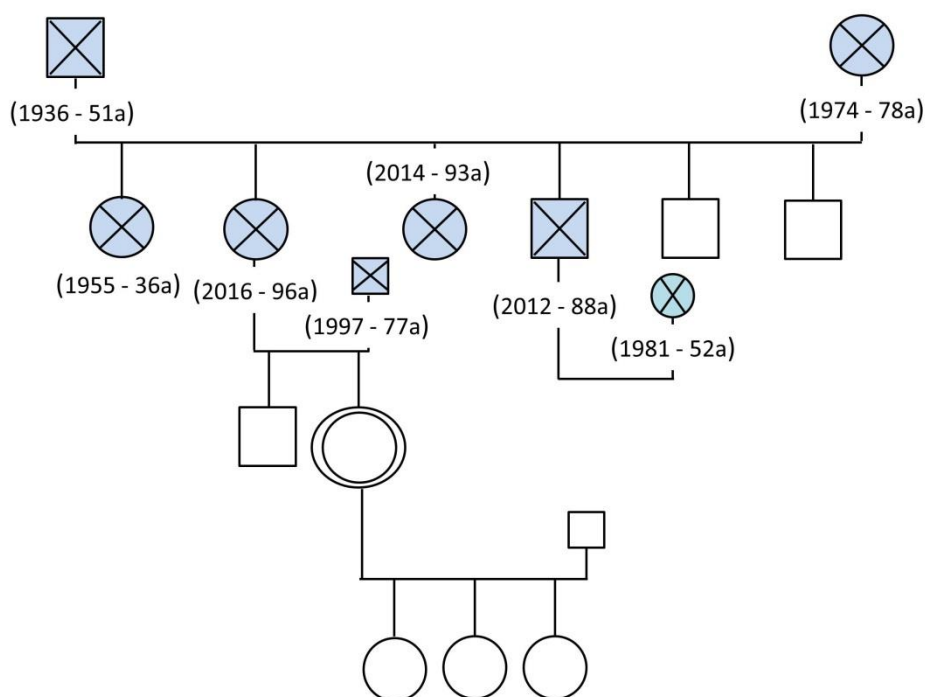


Figura 7 – Genograma P5

Oito pessoas de duas gerações estão sepultadas no túmulo, que foi cedido à família por um primo da mãe de P5. O avô está sepultado no local há aproximadamente 81 anos, onde outros familiares estiveram, sobre os quais P5 não soube informar, considerando-os distantes. Assim, construímos o genograma a partir dos membros considerados pelo participante.

Na entrevista realizada foram identificados três temas principais: violência no espaço cemiterial, cemitério como local dispensável e importância do vínculo em vida.

Violência no espaço cemiterial:

Ao longo de aproximadamente 20 anos, a família conviveu com diversos episódios de violação, sendo o último em 1997. Este ocorreu no mesmo ano do falecimento do pai de P5, quando houve o furto da placa de identificação dele.

Ao perguntarmos o que pensou e sentiu ao receber a notícia da violação, apresentou a seguinte fala:

“Raiva! Raiva! Raiva, porque eu acho que assim, é uma falta de respeito! Porque foi colocado pela família eu acho que o mínimo que você tem que ter é respeito! Então dá uma raiva tremenda né!”.

O significado que P5 atribui à violação do túmulo está relacionado à falta de respeito para com a sua família e não com o monumento em si, despertando assim o sentimento de raiva, por acreditar que de alguma maneira seus familiares são afetados.

O cemitério no qual está o túmulo da família é identificado como um local perigoso também para os visitantes, com episódios de violência durante a realização dos rituais de despedida. Se considerarmos o ritual como um espaço público de transformação que promove a integração social, como propõe DaMatta (1997), podemos supor que esta situação de violência pode afetar de alguma maneira o processo de luto dos indivíduos.

“Não sei se você conhece esse cemitério, mas é muito perigoso, então a gente tem medo de ir lá. No próprio velório... tinha gente lá dentro do velório de olho em bolsa, de olho em... E assaltaram dentro do cemitério... assaltaram pessoas lá né, enquanto a gente estava em um velório! Não tem segurança! A falta de segurança é enorme né! Dá medo mesmo!”.

A violência é um fator que impacta a relação com o espaço cemiterial (SONODA, 2016), tornando-o ainda mais aversivo para P5. Somado a isso, há a falta de confiança no cemitério e em outras instâncias, como a polícia, por exemplo, como entidades capazes de lidar com este problema. Assim, a solução é encontrada no meio familiar, repondo os materiais furtados por outros sem valor para a comercialização.

“[...] quando roubaram as placas do meu pai, ele (tio responsável pelo túmulo) simplesmente mandou fazer outra... porque não adianta né... Porque não adianta, se você aciona o cemitério também não adianta nada! É isso aí, é a realidade de hoje em dia...”

“[...] tinha uns vasos grandes de cobre que... tinha um Cristo também todo em cobre que se usava muito! Roubaram os vasos! Então foram feitos os vasos de cimento [...] Porque a gente trocava, eles roubavam, trocava, roubava, sabe?”

Apesar da mudança de material, a família preservou o que pôde dos adornos do túmulo, na tentativa de manter minimamente sua característica original. As decisões sobre como proceder ficaram a cargo do tio responsável pelo local, as quais P5 respeitou e com as quais colaborou da maneira que lhe foi solicitado. Mesmo com as repetidas violações e do tempo transcorrido desde que a última ocorreu, falar sobre tal situação ainda suscita sentimentos no participante, pois ainda é atingida de alguma maneira pela violência do local.

Cemitério como local dispensável:

Ao falar sobre o cemitério, P5 traz uma visão ambientalista do local, acreditando não ser adequado pelo seu potencial poluente. Refere que deseja ser cremada e não apresenta nenhum interesse em assumir a responsabilidade administrativa pelo túmulo quando seu tio falecer.

No seu entendimento, vê o cemitério como um local que deveria ser eliminado da sociedade, mas sabe que isso não seria possível em curto prazo, devido ao valor que este tem para algumas pessoas.

“[...] eu acho que o cemitério hoje em dia, como está, ele contamina muito o solo, então eu acho que, até por questão de ambiente, né, ambiental, de meio ambiente, eu acho que devia acabar isso, mas não é todo mundo que pensa como eu, então vai ser uma coisa muito difícil de se conseguir”.

Apesar de ter frequentado o cemitério junto à mãe em sua infância, P5 não manteve tal costume, pois não relaciona o túmulo com a presença de seus familiares. Ao considerar que “*morreu, acabou*”, não há o que ou quem homenagear no local. Vemos aqui que, ao contrário do que afirmam Catroga (2010) e Carvalho (2014), para P5 o túmulo não tem associação com componentes psicológicos ou sentimentos associados.

“[...] eu não vou em cemitério, não tenho esse ritual de ir em cemitério fazer visita, porque pra mim, morreu acabou, acabou ali, entendeu? Quem era já não está mais ali!”.

Mesmo entendendo a morte como um fim, o que permanece vivo para P5 é o respeito em relação às crenças da família, conseguindo separar aquilo que é seu, como sua opinião a respeito do cemitério e sua escolha pela cremação, do desejo de um coletivo, do qual se vê parte.

“[...] a gente mantém o túmulo em respeito a quem tem essas crenças, que... então a gente tem que preservar isso! Não é meu, é da minha família, então em relação a isso a gente preserva!”.

O cemitério é entendido como um local pontual para realização dos rituais de despedida, cuja função é promover um conforto entre os vivos. Assim, a importância está no funeral em si, como um espaço que possibilita a expressão do luto em um contexto coletivo de apoio recíproco, como propuseram Imber-Black (1998) e Attig (2001).

“Eu vou em cemitério em enterro de pessoas assim... pessoas da minha família, pessoas que eu tenho amor, que eu tenho mais... assim, depois disso eu não vou! Eu não vou porque pra mim não tem significado!”.

O cemitério e, conseqüentemente, o túmulo aparece como local social dispensável, ao acreditar que o sepultamento é uma prática danosa ao meio ambiente. A preservação da vida aparece como mais importante do que a preservação dos mortos. Além disso, P5 não entende o túmulo como um bem familiar que necessita de cuidados, mas sim como um local que merece respeito devido às crenças de seus familiares em relação a este.

Importância do vínculo em vida:

Para P5, mais importante que reverenciar os mortos é cuidar do relacionamento com os vivos. Para se conectar de alguma maneira com os entes falecidos, não se utiliza de objetos que evoquem a memória destes, como o túmulo ou altares domésticos, mantendo-os, ainda assim, em suas lembranças.

“Então tudo que nós, tanto eu quanto meu marido, pudemos fazer nós fizemos enquanto eles estavam vivos! Tudo, tudo, tudo que estava ao nosso alcance, claro né. Então eu acho que dali pra frente, quando morre, aí você fica com aquela saudade, com as boas lembranças, mas aquilo... o corpo não é mais nada... a gente tem um corpo também que depois se desfaz e não vira nada!”.

A exumação é entendida como uma confirmação sobre sua crença pessoal de que não resta nada após morte. Em relação à religião, P5 afirma possuir um sistema próprio de crenças, composto por conceitos da igreja católica e significados pessoais que considera muito particular.

Ao fazer essa dissociação entre matéria e essência, seus afetos e sentimentos não são direcionados a objetos, nem mesmo aos restos mortais dos entes queridos. A percepção de ter feito tudo o que foi possível pelo bem estar de seus familiares enquanto estavam vivos, possibilita a P5 uma vivência

positiva dos seus processos de luto. Ao aceitar as perdas, possibilita uma nova maneira de relacionar-se com estes, conforme aponta Franco (2015).

Quando fala sobre a importância da relação com os vivos, P5 lembra quando presenciou uma exumação pela primeira vez:

“[...] eu nunca tinha visto uma exumação, e quando minha tia faleceu, precisou fazer a exumação do meu pai. E na realidade, ali dentro não tem mais nada! Tinha um sapato que é borracha, então aquilo lá... mas da gente não sobra nada mesmo!”.

“Depois eu vi outra exumação da minha tia também, então você vê que eu, particularmente, sinto que aquilo lá já não é mais o meu pai... sabe... não é mais! O que ficou do meu pai? Ficou o que ele era vivo para mim!”.

Ao falar sobre os episódios de exumação que presenciou, do pai e da tia, P5 destaca a importância dos vínculos em vida. Não considera tais vivências impactantes, mas sim como comprovações de sua crença de que nada resta de material após a morte. Desta forma, mantém o vínculo com seus familiares por meio das lembranças, como elo principal entre passado e presente.

A necessidade de proximidade física é entendida como importante enquanto os familiares estão vivos, o que justifica a não realização de visitas ao túmulo.

“Minha ligação foi com eles vivos, junto ali com a gente, a gente fazendo tudo o que foi possível e agora as lembranças! Tenho as fotos... na minha casa você entra e tem as fotos na sala, mas assim... e as lembranças! A minha concepção é essa, enquanto tá vivo tá tudo junto, tá tudo né... isso que é bom... e ficam lembranças!”.

Assim, P5 valoriza a qualidade das relações que mantém com os vivos, não entendendo como necessário a manutenção de uma proximidade com os que já morreram. Identificamos que há uma continuidade destes vínculos,

como aponta Franco (2015), por meio das lembranças, destacadas como o meio mais valioso de se relacionar com seus entes queridos.

Ao longo da análise deste caso, identificamos que apesar de P5 entender o cemitério como um lugar dispensável devido aos possíveis impactos ambientais que pode causar, há um respeito em relação às crenças e aos desejos da família. Assim, a violação é entendida como um ato de desrespeito aos seus familiares e não contra os mortos. Para P5, baseada em seu sistema particular de crenças, cuidar das relações e manter-se próxima aos vivos é mais importante do que buscar a proximidade com os mortos por meio das visitas ao túmulo, por exemplo.

7.6 – Discussão Integrada

Ao realizar os cinco estudos de caso, pudemos observar que a violação de túmulo é um fenômeno com múltiplos significados. A não padronização dos participantes permitiu uma ampliação do nosso entendimento sobre a questão da pesquisa, na medida em que não se restringiu a uma população específica. Nesta seção, apresentaremos a análise dos casos de maneira integrada relacionando com os objetivos específicos deste trabalho.

Sobre o primeiro objetivo específico que propunha identificar as relações estabelecidas com o túmulo, considerando o papel do familiar, vimos que os participantes possuíam diferentes papéis, desde a responsabilidade legal até a ausência de relação afetiva. Entendemos que a opção por assumir ou não responsabilidades em relação ao túmulo estava relacionada com o desejo de proximidade ou não deste local.

DeSpelder e Strickland (2015) apontam que cada cultura, permeada pelas crenças religiosas, possui sua maneira de se conectar com os mortos. Para algumas, objetos ou locais podem ser usados para este fim, como o túmulo, por exemplo. Nesta pesquisa, identificamos desde falas que apontavam relações simbólicas como também puramente administrativas.

Assumir um papel de responsabilidade com o túmulo não significa necessariamente possuir algum afeto por este, como vimos nas falas de P1, que apesar de ser a cuidadora principal não entendia o local em aspectos sagrados, mas sim como um bem familiar. Para este participante, a religião apareceu como importante base segura, o que encontra fundamento no que apontou Kirkpatrick (2005).

Outro perfil de relação é identificado nas falas de P3, cujos rituais de visita ao túmulo são considerados importantes, por entendê-lo como um local de memórias e afetos, conforme vimos amplamente com apoio na literatura (ARIÈS, 2012 [1975], 2014 [1977]; MCGOLDRICK, 1998; MOTTA, 2009; CATROGA, 2010; FIGUEIREDO, 2013; CARVALHO, 2014). Mesmo não tendo nenhuma responsabilidade legal, sente-se ligado ao túmulo e tenta resgatar os antigos costumes fúnebres de sua família.

A relação de P3 com o túmulo tornou-se mais próxima após o falecimento de sua figura de apego principal. O local legitimou a vivência do

luto, possibilitando a construção de uma nova relação com esta figura, como já apontado por D'orio (2010).

A relação com o túmulo também pode se dar como uma forma de manter as tradições familiares, como vimos nas falas de P4, nas quais o respeito pela história da família aparece como mais forte que os desejos e opiniões pessoais.

Constatamos que religião, cultura e tradições familiares influenciam a relação estabelecida com o túmulo. De acordo com Nadeau (1998), os significados são construídos no meio familiar e representam simbolicamente elementos da realidade. É por meio dessas construções, permeadas por todos os níveis de interação social, que nos relacionamos com o nosso entorno.

Com estes participantes, identificamos que as relações estabelecidas com o túmulo estão ligadas a diferentes motivações, como a manutenção de um bem familiar, a continuidade de um vínculo afetivo, a perpetuação de tradições familiares e o respeito pelas crenças da família.

No segundo objetivo específico, nos propusemos a compreender a relação entre os vínculos construídos e os significados atribuídos à violação. Por se tratar de túmulo familiar em todos os casos entrevistados, mais de uma figura de vínculo foi indicada como estando sepultada no local. Identificamos que o intervalo de tempo entre a violação e a entrevista não minimizou os efeitos do ocorrido, sugerindo-nos um componente atemporal da memória.

Entretanto, tão importante quanto o vínculo, é o significado atribuído a ele após a morte. Ao entender que os restos mortais não mantêm a essência dos entes queridos, a violação não aparece relacionada ao vínculo. As falas de P1 e P5, por exemplo, indicam a internalização dos vínculos estabelecidos em vida, o que aponta para um distanciamento entre ataque ao material e ao simbólico. Já no caso de P3, vimos que esta distância não é tão clara, pois considera o túmulo como o lugar do último momento com sua figura de apego, estabelecendo assim uma relação entre a violação e a manutenção do vínculo.

Para P4, vimos que os vínculos construídos são mantidos por meio da conservação das tradições familiares. O túmulo, escolhido por seus ancestrais, é entendido como um local de memória e a violação como um ato de desrespeito a esse lugar sagrado. O participante também aponta para uma mobilização pessoal em relação a outros túmulos que sofrem violação,

entendendo esta como uma ofensa a tradição das famílias e uma desvalorização de um patrimônio cultural.

Referente a essa possível relação entre vínculo e violação, baseando-nos em Franco (2015), entendemos que ao aceitar a perda de um ente querido, novas formas de vinculação simbólica podem ser construídas. Assim, se o túmulo não for entendido como uma ponte importante para essa nova ligação, a violação poderá não trazer efeitos negativos para o indivíduo e para seu processo de luto.

Por último, considerando o terceiro objetivo específico, cuja proposta era identificar a relação entre o tipo de violação e a construção dos significados, o que se destacou na fala dos participantes, sendo identificado como tema nas narrativas de P1, P4 e P5, foi a falta de segurança no espaço cemiterial.

Observamos a ocorrência da violação em diferentes períodos, desde a década de 1970, sendo que alguns dos participantes relataram episódios múltiplos de furtos ao longo dos anos. Desta forma, trata-se de um fenômeno recorrente e de longa data, como ressaltado por Silva (2000), mas mesmo assim, pouco explorado com profundidade pela literatura científica.

Longe de ser um local destinado à paz, o cemitério é apontado pelos participantes como um lugar inseguro. A violência relatada não se restringe aos furtos de adornos dos túmulos, sendo dirigida também aos visitantes do local. A falta de segurança pública nos espaços cemiteriais, assim, é um problema dos vivos que impacta a relação com este, conforme aponta Sonoda (2016).

Para Green (2008), a função de base segura pode ser exercida por instituições, as quais podem potencializar ou minimizar o senso de segurança do indivíduo. Para os participantes, tanto a administração do cemitério quanto a polícia não apareceram como fontes protetiva. Nos casos dos participantes, cuja violação ocorrida foi o furto dos adornos, a construção de significado é permeada pela insegurança, entendida por P1 e P4 como fruto da violência gerada pela desigualdade social e pela falta de respeito com o próximo, como vimos nas falas de P3 e P5.

Entretanto, essa construção não aparece de forma clara na narrativa de P2, que teve os restos mortais dos familiares expostos e revirados por saqueadores. Sua fala é ambígua na medida em que dilui o significado pessoal para o meio social, trazendo em um primeiro momento o impacto de presenciar

a cena da violação para posteriormente incluí-lo em um discurso coletivo de que “*nem os mortos têm paz*”.

Como uma forma de cuidar do túmulo e também da segurança pessoal, alguns participantes optaram pela terceirização do cuidado, ao contratar pessoas responsáveis pelos serviços de manutenção e limpeza do local. Além disso, com exceção de P4, os participantes e seus familiares decidiram trocar o material dos adornos, de modo proteger os túmulos de novas violações.

Para Parkes (2009), o enfrentamento de cada indivíduo diante de determinadas situações está relacionado com sua visão de mundo e os significados atribuídos a estas. Assim, não há um modelo único de enfrentamento nos casos de violação de túmulo, mas sim percepções únicas de um mesmo fenômeno.

Em qualquer processo de perdas e luto, é necessário considerar a peculiaridade de cada experiência, como salienta Franco (2008). Além dos danos materiais decorrentes da violação, os participantes relataram diversas perdas, ao falar sobre os túmulos violados, que ocorreram em diferentes períodos e com vínculos distintos. Como não se trata de lugares sem significados, muito pelo contrário, estas falas têm um peso significativo.

Podemos concluir que a violação de túmulo é uma perda não reconhecida socialmente, que traz impactos nas esferas individual, familiar e social. São perdas que afetam a memória, não somente daquele falecido, mas de biografias individuais e familiares. Ampliam a relevância dos responsáveis pela guarda do túmulo, mesmo que essa pessoa não se perceba como diretamente relacionada ao significado deste e mesmo que a família não a reconheça como afetivamente ligada aos falecidos.

Assim, esta pesquisa possibilitou aos participantes um espaço para falar sobre tal vivência, dando-lhe um lugar de reconhecimento.

8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo investigar significados atribuídos por familiares à violação de túmulo de seus entes queridos, no qual foi possível demonstrar que os vínculos constituídos, somados aos fatores culturais, religiosos e familiares influenciam no significado atribuído ao túmulo e consequente na relação estabelecida com este.

Nos casos analisados neste trabalho, observamos que os participantes vivenciaram múltiplas perdas que ocorreram em intervalos de tempo distintos, e em alguns casos, próximas do episódio da violação. Porém, identificamos que essa proximidade não se mostrou significativa na construção do significado, sendo mais importante o vínculo com o falecido em questão e o entendimento pessoal sobre o pós-morte.

Identificamos também que o tempo decorrido entre a violação do túmulo e a participação na entrevista não se mostrou significativo. Mesmo nos casos ocorridos há mais de 20 anos, a experiência não foi reduzida pelo fator tempo.

A história sobre o túmulo não se limita à via de sucessão ou a detalhes administrativos, mas está diretamente relacionada com a história geracional da família, com suas mudanças, tramas, perdas e perspectivas.

A diversidade dos casos e a não padronização da população pesquisada nos possibilitou ver a pluralidade embutida neste fenômeno. Como a intenção deste trabalho não foi identificar “o” significado, mas sim, algumas maneiras pelas quais ele se constrói, acreditamos que atingimos nosso objetivo.

Ao lançarmos um olhar e uma escuta para essa questão, criamos um local seguro para que os participantes pudessem falar sobre a violação do túmulo, validando assim essa vivência pouco acolhida e até mesmo não legitimada em outros contextos. Assim, os participantes se tornaram porta-voz de uma perda não reconhecida social e também pessoalmente.

Entendemos que a análise é um processo multifacetado. Nela estão permeados ideias, teorias, objetivos e interesses que vão variar, a depender do olhar lançado pelo pesquisador. Escolhemos conhecer esse fenômeno sob a ótica da psicologia, fundamentada pela teoria do apego e por um entendimento de que o túmulo pode não ser apenas uma propriedade, mas apresentar também aspectos afetivos e familiares.

Apesar da ampla divulgação da pesquisa em nossas redes sociais e dos diversos compartilhamentos das informações, nos deparamos com a dificuldade em encontrar participantes. Pensar outras estratégias de divulgação pode facilitar essa busca.

Esta pesquisa teve como proposta suscitar e ampliar o interesse pelo tema, entre outras. Estudar segmentos religiosos específicos, a fim de aprofundar o conhecimento sobre um determinado grupo e replicar a pesquisa por outras áreas do conhecimento como a história, a arquitetura, as ciências da religião e outras abordagens da psicologia pode ampliar a discussão e a compreensão do tema. A violação do túmulo também pode ser estudada considerando os furtos de ossadas, que trariam certamente outras construções de significado. Significados atribuídos à violação de túmulos de crianças pequenas e bebês também podem ter outro tom, que não foi alcançado por esta pesquisa, em razão das características dos participantes.

Naturalmente, se esta pesquisa tivesse abrangência nacional, não restrita a região metropolitana de São Paulo, teríamos possibilidade de conhecer o fenômeno pelo acesso a uma gama ampla de experiências, possibilitando discutir achados por essa ótica, fossem eles coincidentes, semelhantes ou não.

Ao mesmo tempo, portanto, em que nos dedicamos a responder a algumas perguntas, estamos certas de que outras tantas foram formuladas. Com isto, fica a satisfação de que outras possibilidades podem ter sido abertas a partir deste estudo.

Assim, este trabalho foi uma das maneiras que encontramos para tornar o cemitério um lugar visitado, habitado e validado também pela psicologia, destacando a vida e os processos de construção de significado que o compõem.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Tradução: Priscila Viana de Siqueira. Ed. Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. (Obra original: 1975).

_____. **O homem diante da morte**. Tradução: Luiza Ribeiro. São Paulo: Editora Unesp, 2014. (Obra original: 1977).

ATTIG, T. Relearning the world: making and finding meanings. In: NEIMEYER, R. A. **Meaning reconstruction and the experience of loss**. Washington DC: American Psychological Association, 2001. p. 33-53.

BRASIL. (1940). Código Penal Brasileiro. Decreto-Lei nº2848, de 07 de dezembro de 1940. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12848.htm>. Acesso: 20/01/2016.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**. v. 3, n. 2. p. 77-101, 2006. Disponível em: <http://eprints.uwe.ac.uk/11735/2/thematic_analysis_revised...>. Acesso em: 23/05/2016.

BOWLBY, J. **Apego e perda - Apego: a natureza do vínculo**. vol. 1. Tradução: Álvaro Cabral. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Obra original: 1969).

_____. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. Tradução: Álvaro Cabral. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015. (Obra original: 1979).

_____. **Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

CARVALHO, F. A. **Entre a morte, a palavra e o chão: memória, sentimento e luto nos cemitérios de São João Del Rei**. 2014. 174f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

CATROGA, F. O culto dos mortos como uma poética da ausência. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 163-182, 2010. Disponível em: <http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF20/f_catroga_20.pdf>. Acesso em: 19/08/2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução 016/2000. Dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/portal/orientacao/resolucoes_cfp/fr_cfp_016-00.aspx>. Acesso em: 02/06/2016.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Ministério da Saúde, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=484>. Acesso em: 02/06/2016.

CYMBALISTA, R. **Sangue, Ossos e Terra: os mortos e a ocupação do território luso-brasileiro séculos XVI e XVII**. 2006. 428f. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DAMATTA, R. Morte. In: DAMATTA, R. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco: 1997. p. 121-144.

DeSPELDER, L. A. & STRICKLAND, A. L. Perspectives on death: historical and cultural. In: DeSPELDER, L. A. & STRICKLAND, A. L. **The last dance: encountering death and dying**. Tenth edition. McGraw-Hill Education, New York, 2015. p. 89-137.

D'ORIO, R. T. **Histórias de fins, histórias sem fim... um estudo sobre rituais no processo de luto**. 2010. 206f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

ESPERANDIO, M. R. G.; AUGUST, H. Teoria do Apego e Comportamento Religioso. **Interações - Cultura e Comunidade**, Belo Horizonte, v. 9, n. 16, p. 243-265, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/P.1983-2478.2014v9n16p243/7648>>. Acesso em: 29/03/2017.

FAUSTO, B. **O brilho do bronze: um diário**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

FIGUEIREDO, I. C. **Do cemitério à memória: a imaterialização do espaço mortuário**. 2012. 133f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto, 2013.

FRANCO, M.H.P. Trabalhando com pessoas enlutadas. In: CARVALHO, V. A. (org.) **Temas em psico-oncologia**. São Paulo: Summus, 2008. p. 398-402.

FRANCO, M. H. P. A Teoria do Apego e os transtornos mentais do luto não reconhecido. In: CASELLATO, G. (org.) **O resgate da empatia: o suporte psicológico ao luto não reconhecido**. São Paulo: Summus, 2015. p. 217-227.

GREEN, M. Labour to love. In: GREEN, M. **Risking Human Security: attachment and public life**. London: Karnac, 2008. p. 35-52.

HELLERN, V.; NOTAKER, H.; GAARDER, J. **O livro das religiões**. Tradução: Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

IMBER-BLACK, E. Os rituais e o processo de elaboração. In: WALSH, F.; MCGOLDRICK, M. **Morte na Família: sobrevivendo às perdas**. Tradução: Cláudia Oliveira Dornelles. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 229-245.

JORGE, K. C. **Urbanismo no Brasil Império: A saúde pública na cidade de São Paulo no século XIX (hospitais, lazaretos e cemitérios)**. 2006. 226f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2006.

KIRKPATRICK, L. A. **Attachment, Evolution, and the Psychology of Religion**. New York: Guilford, 2005.

MCGOLDRICK, M. Ecos do passado: ajudando as famílias a fazerem o luto de suas perdas. In: WALSH, F.; MCGOLDRICK, M. **Morte na família: sobrevivendo as perdas**. Tradução: Cláudia Oliveira Dornelles. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 76-104.

MCGOLDRICK, M.; GERSON, R.; PETRY, S. **Genogramas: avaliação e intervenção familiar**. Tradução: Sandra Maria Mallman da Rosa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos, 2017. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=sagrado>>. Acesso em: 25/04/2017.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MORIN, E. **O homem e a morte**. Tradução: Cleone Augusto Rodrigues. Rio de Janeiro: Imago, 1997. (Obra original: 1970).

MOTTA, A. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. **Rev. bras. Ci. Soc.** São Paulo, v. 24, n. 71, p. 73-93, 2009. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000300006&lng=en&tlng=pt>. Acesso em: 16/11/2015.

NADEAU, J. W. **Families making sense of death**. California: Sage Publications, 1998.

NADEAU, J. W. Family Construction of Meaning. In: NEIMEYER, R. A. **Meaning reconstruction and the experience of loss**. Washington DC: American Psychological Association, 2001. p. 95-111.

PARKES, C. M. **Luto: estudos sobre a perda na vida adulta**. Tradução: Maria Helena Pereira Franco. 3ª ed. São Paulo: Summus, 1998.

_____. **Amor e Perda: as raízes do luto e suas complicações**. Tradução: Maria Helena Pereira Franco. São Paulo: Summus, 2009.

REIS, J. J. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. 6ª reimp. São Paulo: Companhia das letras, 2012. (Obra original: 1991).

ROBINSON, J. D. Lethean Landscapes: forgetting in late modern commemorative spaces. In: ANDERSON, E.; MADDRELL, A.; MCLOUGHLIN, K.; VICENT, A. **Memory, Mourning, Landscape**. Rodopi: Amsterdam - New York, 2010. p. 79-97.

RODRIGUES, C. Os cemitérios públicos como alvo das disputas entre Igreja e Estado na crise do Império (1869-1891). **Diálogos**. Maringá, v. 13, n. 1, p. 119-142, 2009. Disponível em: <http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=366&path%5B%5D=pdf_335>. Acesso em: 14/01/2017.

_____. A criação dos cemitérios públicos do Rio de Janeiro enquanto “campos santos” (1798-1851). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n.8, p. 257-278, 2014. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204432/4133801/revista_agcrj_oito.pdf#page=257>. Acesso em: 04/01/2017.

ROMA. **Congregação para a doutrina da fé**. Instrução de 15 de agosto de 2016. Itália, 2016. Disponível em: <<http://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2016/10/25/0761/01683.html#POR>>. Acesso em: 25/10/2016.

SANTOS, A. S. **Morte e Paisagem: os jardins de memória do crematório municipal de São Paulo**. 2015. 349f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SERVIÇO FUNERÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. São Paulo. Serviço Funerário: Perguntas Frequentes, sem data. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/obras/servico_funerario/como_proceder/index.php?p=179110>. Acesso em: 23/04/2017.

SILVA, J. A. F. da. **Tratado de direito funerário: teoria geral e instituições de direito funerário**. São Paulo: Método Editora, 2000. TOMO I e II.

SONODA, K. C. L. **Violência urbana no Distrito Federal: histórias de vida de vítimas indiretas e seus trabalhos de luto**. 2016. 381f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura). Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2016.

STAKE, R. E. Case Studies. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of Qualitative Research**. London: Sage Publications, 1994. p. 236-247.

VIEIRA, Y. M. A teia mágica. In: LOPEZ, M. A.; BASSANI, M. A. (orgs) **O espaço sagrado: espiritualidade e meio ambiente**. Santo André: ESETec, 2009. p. 27-54.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro(a) participante,

Quero convidá-lo(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada “Construção de Significado familiar diante da violação de túmulo” que se refere a um projeto Mestrado, pela PUC-SP. Esse projeto será desenvolvido pela pesquisadora Érika Perina Motoyama, psicóloga, CRP: 06/98112, sob orientação da Prof. Dra. Maria Helena Pereira Franco.

O objetivo central deste estudo é investigar os significados atribuídos por familiares sobre a violação do túmulo de seus entes queridos.

Sua participação consiste em realizar de uma entrevista com duração aproximada de uma hora. Seu nome não será mencionado em qualquer fase da pesquisa, o que garante seu anonimato, bem como qualquer outra informação que possa identificá-lo(a). Serão usados codinomes para análise e divulgação dos resultados.

Nada lhe será cobrado, não haverá gastos de sua parte e não estão previstos ressarcimentos ou indenizações.

Considerando que toda pesquisa oferece algum tipo de risco, caso algum desconforto seja gerado no momento da participação ou após, será oferecido atendimento psicológico pela equipe do Laboratório de Estudos e Intervenções sobre o Luto (LELu), da PUC-SP.

São esperados os seguintes benefícios de sua participação: poder colaborar com a construção de atualizados na área e visibilidade para fenômenos subjetivos no espaço cemiterial.

Gostaríamos de deixar claro que sua participação é voluntária e que você poderá recusar-se a participar ou ainda retirar seu consentimento ou descontinuar sua participação, a qualquer momento, se assim preferir, sem penalização alguma.

Desde já, agradecemos pela sua atenção e participação e nos colocamos a disposição para maiores informações e esclarecimentos.

Você ficará com uma cópia deste Termo e, em caso de dúvida, poderá entrar em contato com a pesquisadora e com o Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP:

Érika Perina Motoyama

Tel.: (13) 98141-7265

E-mail: erikapsicologia@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa

Edifício Reitor Bandeira de Mello, sala 63-C

Rua Ministro Godói, 969 – Perdizes – São Paulo – SP

Tel: (11) 3670-8466

E-mail: cometica@pucsp.br

Eu, _____,
RG _____, confirmo que a pesquisadora Érika Perina Motoyama explicou-me os objetivos desta pesquisa bem como a forma de minha participação. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, portanto, concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário(a) desta pesquisa.

São Paulo, _____ de _____ de _____.

APÊNDICE B

Roteiro de entrevista semiestruturada

Nas entrevistas foram abordados os seguintes eixos:

- 1) Coleta da história e de informações sobre o túmulo
- 2) Natureza das relações familiares (principais vínculos estabelecidos)
- 3) O episódio da violação (como soube, quando ocorreu, tipo de violação, reações despertadas)